



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

RELATÓRIO ANUAL

DE

ATIVIDADES

2.013

Razão Social	: COMPANHIA DE HABITACAO POPULAR DE BAURU	Sigla: COHAB-BU
Endereço	: AV DAS NACOES UNIDAS, 30-31	
Telefone	: (14) 3235-9207	Fax: (14) 3235-9224
E-mail	: gfp@cohabbauru.com.br	
Cidade	: BAURU	UF: SP
		CNPJ: 45010071000103
Ato/Lei de Criação da Instituição	: LEI MUNIC.1222/66	Data: 01/04/1966
Ato de Aprovação do Estatuto atual	: REGISTRO N.335162	Data: 29/09/1966
Período de Mandato da Diretoria	: De 03/01/2011 a 03/01/2014	
	: De 03/01/2014 a 03/01/2017	
Área Geográfica de atuação	: ESTADO DE SÃO PAULO	
Nome do Representante Legal	: EDISON BASTOS GASPARINI JUNIOR	
Periodicidade	: Anual	



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

SUMÁRIO

<i>01 – CARTA DA DIRETORIA.....</i>	<i>03</i>
<i>02 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....</i>	<i>04</i>
<i>03 – CONSELHO ADMINISTRAÇÃO / FISCAL</i>	<i>05</i>
<i>04 – DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....</i>	<i>06</i>
<i>05 – METAS E AÇÕES DE GESTÃO.....</i>	<i>14</i>
<i>06 – NOTAS EXPLICATIVAS.....</i>	<i>24</i>
<i>07 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>43</i>
<i>08 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....</i>	<i>48</i>
<i>09 – PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</i>	<i>51</i>
<i>10 – PUBLICAÇÕES – CONVOCAÇÃO E BALANÇO.....</i>	<i>52</i>



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

CARTA DA DIRETORIA

O presente relatório tem por objetivo principal demonstrar aos acionistas, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e a população, as informações econômicas - financeiras e as atividades administrativas desenvolvidas no Exercício de 2013.

Ressaltamos que o quadro econômico e financeiro foi sendo formado ao longo dos anos, mercê de atitudes que foram tomadas e da falta de ação.

Desde o início da nossa gestão em 03/01/2005, centramos nossos esforços na otimização das receitas, redução e contenção de custos; e na realização de todos os ativos passíveis de comercialização; aplicando de forma organizada e racional tais recursos na quitação dos compromissos e cumprimento dos gastos operacionais, ao mesmo tempo em que imprimimos decisões visando a reorganização dos setores operacionais, otimizando processos e melhorando o sistema de controle interno objetivando proporcionar um melhor serviço para a população por nós assistida.

*Continuamos empenhados em agir e resolver os problemas, buscando a recuperação financeira e econômica, tendo como foco principal a partir de 2008: A) o **Reparcelamento dos saldos devedores** (vencidos e vincendos, correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA), B) o **Reparcelamento do Seguro Habitacional** (através da conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos das faturas de seguro e C) a **Revisão das Negativas de Cobertura do FCVS** para recuperação dos créditos (através de depuração documental e legítima).*

Continuamos assim a agir e de forma responsável, produtiva e criteriosa!

Edison Bastos Gasparini Junior
Diretor Presidente
Diretor Técnico Habitacional

Paulo Sérgio Gobbi
Diretor Administrativo/Financeiro



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA**

*Ficam convocados os senhores Acionistas da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU-COHAB/BAURU** – CNPJ 45.010.071/0001-03, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará, na Avenida Nações Unidas n° 30-31, sede da empresa, Bauru / SP, no dia 30/04/14, às 16:00hs., a fim de deliberar sobre a seguinte:*

ORDEM DO DIA

Parte Ordinária – (a) *Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria;* (b) *Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e da auditoria independente;* (c) *Eleição dos membros do Conselho Fiscal.*

Parte Extraordinária – (a) *Outros assuntos de interesse da sociedade.*

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n° 6404/76 (consolidada com a Lei 11.638 e MP 449/08).

Bauru, 15 de abril 2014.

*Artur Guedes Neto
Presidente*



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente :
Conselheiros :

Artur Guedes Neto
José Antônio de Queiroz
José Roberto Serra
Claudionor Alves de Souza
Mário Yukio Kaimoti

CONSELHO FISCAL

Presidente :
Conselheiros :

Gilberto Aparecido Paisan
Arthur Luziano Correa de Barros
Eduardo Abrantes Valerio

O Conselho de Administração foi eleito em Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 03 (Três) anos (20/12/10 a 19/12/13), conforme determinação do Artigo 10, § Primeiro, do Estatuto Social da Companhia de Habitação Popular de Bauru, ficando permitida a reeleição de seus membros.

Conforme Artigo 14 do Estatuto Social compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; b) convocar as Assembléias Gerais nos termos da Lei; c) cumprir e fazer cumprir os demais deveres de competência do Conselho de Administração fixados em Lei e no Estatuto; d) transmitir a Diretoria às decisões do Conselho e colocá-las em execução.

Em conformidade com o Artigo 27 do Estatuto Social, a Assembléia Geral é o órgão soberano da sociedade e reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

De acordo com o Artigo 124, § Primeiro, da Lei 6.404/76 de 15/12/1976 (consolidada com a Lei 11.638 e MP 449/08), o Edital de Convocação, foram publicados nos Jornais “Diário Oficial Estado”, com sede na cidade de São Paulo, e no “Jornal da Cidade de Bauru”, com sede nesta cidade, nos dias 17, 18 e 23/04/2014.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da COHAB e as principais ações que contribuem para o resultado de cada exercício são divulgados a sociedade por meio do Relatório da Administração; assim como das Demonstrações Contábeis, publicadas no Diário Oficial do Estado; e em jornal de grande circulação na região de Bauru (SP); nos termos estabelecidos pela legislação específica.

A COHAB apresentou o desempenho operacional e econômico-financeiro correspondente ao exercício de 2013 conforme segue:

FINANCEIRO

FLUXO DE CAIXA

Saldo Cx.Inicial	107.545,06	553.120,40	1.356.823,31	2.860.746,56	2.476.652,44	366.114,35
------------------	------------	------------	--------------	--------------	--------------	------------

ENTRADAS - PERÍODO

Mês	2008	2009	2010	2011	2012	2013
jan	3.085.760,75	2.734.382,27	3.114.616,00	2.837.120,94	3.052.449,35	3.208.865,84
fev	2.853.035,72	2.943.753,18	3.135.888,68	2.897.756,30	2.606.414,31	2.715.798,31
mar	2.641.736,67	3.111.931,80	3.329.756,37	2.928.509,53	3.574.141,06	2.881.344,87
abr	2.748.458,53	2.735.707,82	3.361.148,80	2.987.357,84	3.241.954,85	3.102.487,56
mai	2.539.220,91	3.063.344,37	3.152.679,55	3.291.030,16	3.545.675,18	3.032.643,90
jun	2.736.886,36	2.887.166,14	3.213.831,22	3.352.131,94	2.636.582,25	3.142.216,31
jul	3.209.842,91	3.081.562,74	3.069.056,71	5.097.164,60	4.458.079,02	3.312.194,36
ago	3.268.345,34	3.589.927,20	3.820.904,98	3.230.606,29	3.268.370,06	3.313.415,56
set	3.030.426,26	3.957.645,23	3.046.920,49	3.338.557,07	3.020.922,60	3.019.558,44
out	2.877.268,90	3.508.363,06	3.202.347,83	3.111.918,27	6.400.404,86	3.653.381,72
nov	2.787.057,15	3.025.593,48	3.200.595,61	3.046.323,58	3.076.514,95	2.999.738,71
dez	2.982.662,93	3.618.936,66	3.325.912,69	2.896.088,77	2.894.375,79	2.870.122,91
Total	34.760.702,43	38.258.313,95	38.973.658,93	39.014.565,29	41.775.884,29	37.251.768,49
Média	2.896.725,20	3.188.192,83	3.247.804,91	3.251.213,77	3.481.323,69	3.104.314,04

CUSTEIO - PERÍODO

Mês	2008	2009	2010	2011	2012	2013
jan	3.130.757,63	3.018.488,62	2.977.188,16	2.527.242,99	3.332.027,96	3.283.230,28
fev	2.836.231,87	3.152.475,90	3.064.286,67	3.115.036,10	3.625.229,92	2.847.884,10
mar	2.643.715,38	3.059.879,47	3.681.299,87	2.866.434,26	3.475.206,43	2.933.746,75
abr	2.788.056,36	2.749.792,49	3.232.695,26	3.166.738,12	3.844.581,84	2.817.745,19
mai	2.487.154,89	3.022.816,65	3.114.340,38	3.226.185,79	3.848.827,08	2.761.443,47
jun	2.696.673,66	2.849.484,20	3.385.292,21	3.149.533,93	2.789.354,27	3.104.446,34
jul	2.487.782,34	3.175.748,98	2.676.703,76	2.905.894,59	4.562.786,00	2.107.943,45
ago	2.630.058,85	3.489.006,57	3.244.582,43	4.409.200,38	3.201.915,71	4.489.778,34
set	2.794.439,94	3.429.678,92	2.791.116,41	3.181.374,77	2.788.238,44	2.883.806,00
out	2.985.555,37	3.381.016,63	3.159.575,16	3.058.007,50	6.226.827,17	2.895.888,36
nov	3.357.893,77	3.033.741,29	2.873.911,10	4.050.538,38	3.337.899,67	3.670.133,00
dez	3.476.807,03	3.092.481,32	3.268.744,27	3.742.472,60	2.853.527,88	2.851.081,11
Total	34.315.127,09	37.454.611,04	37.469.735,68	39.398.659,41	43.886.422,37	36.647.126,39
Média	2.859.593,92	3.121.217,59	3.122.477,97	3.283.221,62	3.657.201,86	3.053.927,20

Saldo Cx.Final	553.120,40	1.356.823,31	2.860.746,56	2.476.652,44	366.114,35	970.756,45
----------------	------------	--------------	--------------	--------------	------------	------------



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

CONTÁBIL

QUADRO I - DIREITOS			
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Adiantamentos Diversos		3.932.126,01	3.046.436,46
Seguro Empreiteiros		7.695,56	7.681,36
Prestações a Receber		2.535.947,65	2.698.131,07
Negociações a Receber		34.315.416,38	40.026.223,00
Prestações Vencidas		186.409.226,22	186.855.709,91
Prestações a Receber - Inadimplência		(25.034.766,38)	(25.034.766,38)
Devedores Compr.(Conj.Hab.)		151.334.843,86	159.653.994,07
Fgts a Receber		19.164,67	25.122,63
Indeniz.Seguros a Receber		63.091.323,78	59.248.461,11
Bens Imóveis Disp.p/Comerc.		9.955.920,29	8.350.726,17
Fcvs a Receber		446.146.689,41	430.744.238,72
Créditos C/Acionistas (Prefeitura)		523.207,69	498.954,99
Contratos firmados pela Cohab/Bauru		7.556.741,49	7.553.351,49
Ações de Regresso - Ind.Perdas/Danos		747.500,00	519.290,95
Lotes/Terrenos a Comercializar		33.131,10	33.131,10
Imobilizado/Investimentos		9.526.597,41	9.708.382,15
	Total	891.100.765,14	883.935.068,80
Impostos a Recuperar		382.667,56	340.827,68
Outros Realizáveis - Longo Prazo		321.228,80	168.349,86
Outros Realizáveis - Curto Prazo		1.481.577,55	1.790.053,19
	Total	2.185.473,91	2.299.230,73
Posição..	Info Atual - Controle Interno..	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Caixa/Bancos		990.683,76	156.023,61
Depósitos Vinculados/Disp.Trânsito		1.389.862,17	1.562.206,08
	Total	2.380.545,93	1.718.229,69
Total do Ativo.....		895.666.784,98	887.952.529,22

QUADRO II - OBRIGAÇÕES			
Posição.....	Info Contábil.....	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Fornecedores		297.325,32	238.770,42
Impostos a Recolher		658.947,80	909.399,42
Receb.p/Amortiz.Dívidas		62.354,99	36.704,46
Parcelamento/Prov.p/IR e CS Diferidos		264.921,13	280.759,57
Outros Exigíveis		4.272.295,87	3.584.337,49
Prêmios de Seguros		102.616.549,76	98.998.627,54
Fcvs a Recolher		19.610.530,54	19.583.347,69
Prov.Ações Jud./Recl.Trabalhistas		22.039.399,03	24.629.675,68
Cauções e Retenções Contratuais		1.796.009,16	1.689.279,51
Res.Exerc.Futuros / Patrimônio Líquido		1.566.792,25	1.472.967,23
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		(94.706.439,67)	(63.424.821,12)
	Total	58.478.686,18	87.999.047,89
Posição..	Info Atual - Controle Interno.....	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Obrig.relativas a empregados		926.644,86	779.488,23
Débitos C/Acionistas (Prefeitura Bauru)		5.919.949,22	5.489.539,12
CEF - Fase Retorno a Vencer		823.312.493,91	787.110.069,26
CEF - Desembolso bônus		7.029.010,81	6.574.384,72
	Total	837.188.098,80	799.953.481,33
Total do Passivo.....		895.666.784,98	887.952.529,22



COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS VALORES

Existem diversos fatores operacionais em análise, portanto qualquer mudança no ambiente econômico de uma Companhia somente produzirá efeitos ao longo de períodos futuros.

CONJUNTOS HABITACIONAIS - SALDO A RECEBER		
A Receber	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Devedores Compr.(Conj.Hab.)	151.334.843,86	159.653.994,07
Prestações a Receber	2.535.947,65	2.698.131,07
Prestações Vencidas	186.409.226,22	186.855.709,91
(*) Negociações a Receber	34.315.416,38	40.026.223,00
Bens Imóveis Disp.p/Comerc.	9.955.920,29	8.350.726,17
Fgts a Receber	19.164,67	25.122,63
Indeniz.Seguros a Receber	63.091.323,78	59.248.461,11
TOTAL.....	447.661.842,85	456.858.367,96
A Pagar	EM 31/12/13	EM 31/12/12
CEF - Fase Retorno a Vencer	113.529.686,84	148.709.696,99
CEF - Retorno Pend.Negociação	350.950.993,18	291.084.984,98
CEF - Desembolso bônus	7.029.010,81	6.574.384,72
TOTAL.....	471.509.690,83	446.369.066,69
CRÉDITO ESTIMADO.....	-23.847.847,98	10.489.301,27

(*) Negociações a serem recebidas após o término do financiamento contratual do mutuário que realizou o acordo de parcelamento de prestações em atraso.

A Companhia continua aplicando medidas com o objetivo de recuperar e regularizar a situação dos mutuários inadimplentes.

COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS VALORES

1) - Administrativas : Depuração dos Saldos ativos; Revisão dos saldos inativos; Sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, débito automático em bancos; Renegociação de vários empréstimos de financiamentos junto a Caixa Econômica Federal face ao término de prazo contratual; Negociações realizadas c/mutuários inadimplentes.



2) – Jurídicas :

JURÍDICO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Notificação extrajudiciais emitidas	2.151	1.077	4.039	2.847	2.441	1.998
Notificação extrajudiciais cumpridas	996	773	3.319	2.458	1.591	1.558
Ações Notificação judicial distribuídas	932	244	66	10	23	14
Ações Rescisão distribuídas	1.115	608	665	760	496	784
Processos com Sentença e Trânsito em Julgado	272	222	184	193	283	141
Acordos Judiciais	523	225	220	200	130	144
TOTAL	5.989	3.149	8.493	6.468	4.964	4.639

IMÓVEIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Retomados	204	226	161	208	264	241
Recomercializados	186	157	149	206	223	227
A Recomercializar	95	164	176	178	219	220

3) - Créditos com Acionistas / Débitos Com Acionistas

Créditos - Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, e correspondente a despesas de obras, projetos etc.. conforme demonstrado.

Débitos - Trata-se de valores de transações da Cohab Bauru envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de Bauru, representado substancialmente por valores de IPTU's (parcelamentos, lotes e imóveis).

CRÉDITO COM ACIONISTAS		
CRÉDITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Registro de Loteamento - Lotes Urbanizados	27.909,43	27.856,91
Iptu A Recuperar - Lotes Urbanizados	106.899,27	83.430,38
Conv.Pref.Bauru - Desfavelamento	247.506,57	247.040,52
Convênio 22/96 - Projeto Vila Olímpica	27.878,85	27.826,37
Conv.Pref.Bauru - Mutirão Leão XIII	98.258,90	98.073,89
PM.Bru. - Licitação/Carta Convite 07/98	14.754,67	14.726,92
TOTAL.....	523.207,69	498.954,99
DÉBITOS COM ACIONISTAS	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Vale Compras	803.070,90	801.558,65
Combustível	138.874,77	138.613,28
IPTU - Imposto Predial e Territ.Urbano	4.561.423,03	4.088.699,37
Energização Bauru XXV	328.189,86	327.571,86
Iptus - Compensados	88.390,66	131.926,44
Contr.Melhorias Compensadas	0,00	1.169,52
TOTAL.....	5.919.949,22	5.489.539,12
CRÉDITO ESTIMADO.....	-5.396.741,53	-4.990.584,13



4) - Seguros a Pagar

Trata-se de conta de valor devido à seguradora Excelsior S.A., relativo a prêmio de seguro, e que são faturados mensalmente para pagamento pela Companhia, tendo ou não o mutuário efetuado o pagamento da prestação.

a) A COHAB / BAURU não estava recolhendo mensalmente desde dezembro de 1997 até Abril de 2003 os valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários, tendo promovido apenas o pagamento do parcelamento da dívida renegociada do período de julho de 1993 a julho de 1996;

b) De Maio de 2003 até Junho de 2007, foram recolhidos os valores das faturas das parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma total ou parcial;

c) De Julho/2007 a Outubro/2010, não foram recolhidos os valores das faturas relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários;

d) A partir de Novembro/2010, passou a recolher os valores integrais das faturas relativas aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários.

e) O saldo devedor + juros devidos estão passando por um processo de batimento/depuração, que consiste em suma na realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora, para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos, portanto conforme tratativas em andamento junto ao TESOURO NACIONAL E CEF e após a finalização deste trabalho de batimento será firmado acordo do seguro em questão.

SEGURO A PAGAR		
A Receber	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Crédito da Novação	0,00	0,00
TOTAL.....	0,00	0,00
A Pagar	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Seguros - Prêmios Pendentes	102.616.549,76	98.998.627,54
Encargos s/atraso Seguros	0,00	0,00
TOTAL.....	102.616.549,76	98.998.627,54
VALOR A SER RENEGOCIADO.....	-102.616.549,76	-98.998.627,54



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

5) - CEF - Acordos

A Receber

O FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais foi criado através Resolução nº 25, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, em 16/06/67, e tem a finalidade de garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, assumindo em nome do devedor (Mutuários) os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e transferências de contratos de financiamento habitacional, e garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional, relativos aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/04/93.

A Pagar

Segundo o artigo 6º da Lei 10.150/2000, os créditos, correspondentes às dívidas novadas poderão ser utilizadas para liquidação de dívidas vincendas perante o FCVS ou à CEF, decorrentes de operações vinculadas a financiamentos habitacionais, efetuadas no âmbito do SFH.

Situação Contratos com FCVS

Total de Contratos Habilitados à 34.850 = R\$ 465.793.356,43

Contratos Validados.....à 32.147 = R\$ 445.770.842,66

Contratos Em Análise.....à 81 = R\$ 375.846,76

(-)Negativas de cobertura.....à 2.622 = R\$ 19.646.667,02

O FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado.

Vale destacar que a previsão de atuação do referido fundo foi extinta por Lei em 1993. Assim sendo, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS.

Quando do término do prazo do financiamento dos contratos, transferências com a cobertura do fundo ou liquidações com desconto previstas pelo Roteiro de Análise do FCVS, os contratos são analisados e habilitados junto à administradora do FCVS - (Caixa Econômica Federal). Após o período requerido pela CEF, estes contratos recebem a situação de Homologados ou Negativa de Cobertura.

Homologados – O contrato será analisado para discussão ou aprovação dos valores apresentados entre CEF x AGENTE. Existindo a aprovação, os contratos entram na fase de contratos validados.

Negativa de Cobertura – O contrato será analisado em relação a problemas de esfera documental, e que se passíveis de recursos, serão revertidos na situação de homologados dentro das regras do FCVS, para posterior validação.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

CEF - ACORDOS		
A Receber		
	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Fcvs a Receber (Novação)	446.146.689,41	430.744.238,72
TOTAL.....	446.146.689,41	430.744.238,72
A Pagar		
	EM 31/12/13	EM 31/12/12
Fcvs a Recolher - Trimestral / Mensal	19.610.530,54	19.583.347,69
CEF - Novados	358.831.813,89	347.315.387,29
TOTAL.....	378.442.344,43	366.898.734,98
CRÉDITO FCVS ESTIMADO.....	67.704.344,98	63.845.503,74

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Exercício	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Realiz. Longo Prazo	Investimentos	Imobilizado		Exig. Longo Prazo	Exercícios Futuros	
1999	46.764.640,12	585.888.754,85	4.875,69	939.782,72	32.495.901,17	559.741.039,44	42.028.880,43	(667.767,66)
2000	55.249.892,77	579.924.693,05	4.875,69	937.986,77	37.669.094,58	562.305.983,24	43.598.510,81	(7.456.140,35)
2001	58.104.134,07	580.502.244,37	4.875,69	1.127.360,61	51.926.350,72	561.230.772,43	46.854.943,74	(20.273.452,15)
2002	63.890.171,16	581.752.875,70	4.875,69	1.110.153,01	72.403.713,52	564.159.183,70	47.276.891,56	(37.081.713,22)
2003	66.662.837,73	593.255.185,93	4.875,69	1.037.932,44	52.734.450,79	612.895.070,94	39.698.789,48	(44.367.479,42)
2004	84.042.746,47	585.990.643,45	4.875,69	981.633,97	58.421.649,30	623.868.364,79	34.684.655,44	(45.954.769,95)
2005	107.437.418,34	585.454.727,43	4.875,69	836.622,17	62.081.901,14	642.986.095,33	31.789.845,03	(43.124.197,87)
2006	134.507.719,68	580.510.555,26	4.875,69	5.039.960,22	71.445.869,59	657.208.182,40	29.305.270,39	(37.896.211,53)
2007	155.865.001,56	570.246.282,24	4.875,69	11.707.638,29	81.396.996,62	665.521.428,49	21.354.225,63	(30.448.852,96)
2008	228.209.998,87	590.303.062,95	4.875,69	11.577.846,05	106.730.940,79	735.935.195,19	4.161.251,63	(16.731.604,25)
2009	216.778.791,16	597.602.982,80	4.875,69	11.498.915,91	112.788.037,50	728.950.440,03	593.550,92	(16.446.462,89)
2010	230.665.146,46	595.601.249,97	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	(38.840.587,48)
2011	239.726.170,77	606.635.634,69	4.875,69	11.325.832,99	127.782.488,74	747.348.943,73	1.306.260,12	(38.840.587,48)
2012	250.332.691,52	627.911.455,55	4.875,69	9.703.506,46	143.280.306,73	806.624.076,38	1.472.967,23	(63.424.821,12)
2013	253.580.584,99	632.559.602,58	4.875,69	9.521.721,72	147.682.285,96	841.124.146,44	1.556.792,25	(94.706.439,67)



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

INDICES

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS										
Título	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Liquidez										
Geral (AC+RLP/PC+ELP)	0,8961	0,9246	0,9272	0,9442	0,9675	0,9713	0,9721	0,9813	0,9827	0,9820
Imediata (Disponível/PC)	0,0067	0,0026	0,0188	0,0250	0,0150	0,0084	0,0060	0,0058	0,0028	0,0134
Corrente (AC/PC)	1,7165	1,7472	1,7808	1,8051	1,9220	2,1382	1,9149	1,8827	1,7306	1,4386
Seca (Ativo Circulante-Estoques/PC)	1,7164	1,7471	1,7807	1,8049	1,9218	2,1380	1,9145	1,8823	1,7304	1,4382
Estrutura										
Imobilização do Patrimônio Líquido (AP/(PL-Res. Reaval))	-10,93%	-17,43%	-22,53%	-38,54%	-167,83%	-165,78%	-56,99%	-14,73%	-1,95%	-2,15%
Participação do Capital de Terceiros (PC+ELP/(PL-Res.Reaval))	-1134,26%	-1705,44%	-1900,62%	-2976,49%	-12280,23%	-12061,14%	-3634,48%	-2128,06%	-1634,97%	-1484,70%
Composição da dívida (PC/PC+ELP)	14,94%	15,08%	14,75%	14,60%	13,40%	12,67%	10,90%	9,81%	8,81%	8,56%
Rentabilidade										
Margem Operacional Bruta (LBI/ROL)	-47,60%	18,31%	-18,63%	-21,49%	13,48%	17,61%	16,79%	16,55%	22,10%	15,18%
Margem Operacional Líquida (LPO/ROL)	-68,73%	-11,93%	-31,01%	-32,57%	0,14%	3,71%	2,60%	4,50%	8,95%	-3,22%
Margem Líquida (LPLE/ROL)	-70,55%	-7,71%	-29,85%	-32,83%	0,45%	4,57%	2,14%	3,55%	6,54%	-3,93%
Giro do Ativo Operacional (ROL/(TA-Invest.-Empréstimos a PFPJ coligadas)/médio)	4,96%	9,46%	7,09%	8,14%	7,74%	7,37%	6,67%	6,34%	6,23%	6,00%
Retorno sobre o Ativo Operacional (MOLxGAO)	-3,41%	-1,13%	-2,20%	-2,65%	0,01%	0,27%	0,17%	0,29%	0,56%	-0,19%
Retorno sobre o Ativo Total (LPLE/TA médio)	-3,50%	-0,73%	-2,12%	-2,67%	0,03%	0,34%	0,14%	0,23%	0,41%	-0,24%
Endividamento										
Quociente de Endividamento (PC-ELP/PC+ELP+PL)	1,1060	1,0715	1,0665	1,0464	1,0199	1,0203	1,0425	1,0549	1,0651	1,0722
Necessidade Financeira										
NLCDG - necessidade líquida de capital de Giro (ACO-PCO)	105.852.776,82	107.052.384,79	105.106.220,94	102.882.657,72	103.990.753,66	121.479.058,08	74.468.004,94	63.061.850,09	45.355.517,20	25.621.097,17
NGCCT - necessidade de Cap de giro a cobrir c/ter. (NLCDG-CCP)	191.103.143,03	160.768.823,76	151.239.825,06	130.392.536,52	108.933.424,95	126.627.940,39	93.204.343,92	95.913.225,71	87.638.217,21	70.589.357,46
CCL - capital circulante líquido (AC-PC+DES)	105.836.424,51	107.026.884,22	105.084.497,54	102.865.281,62	103.967.977,28	121.454.348,28	74.448.260,39	63.052.100,48	45.340.269,64	25.603.953,99
FLP - fluxo de longo prazo (ELP-RLP)	208.589.545,60	178.712.620,83	171.539.127,36	151.747.693,76	131.347.457,23	145.632.132,24	95.275.146,25	76.697.627,14	57.531.367,90	37.877.721,34
CCP - capital Circulante próprio (PL-AP)	(85.250.366,21)	(53.716.438,97)	(46.133.604,12)	(27.509.878,80)	(4.942.671,29)	(5.148.882,31)	(18.736.338,98)	(32.851.375,62)	(42.282.700,01)	(44.968.260,29)
Caixa das Operações (LPLE+/-RNOp+Depreciação)	(31.942.970,72)	(2.697.011,11)	(17.223.042,71)	(22.378.102,45)	685.420,04	3.885.126,01	1.562.259,84	2.133.574,58	3.083.891,27	(1.560.649,26)
Folga Financeira (AC+RLP/PC+ELP+REF)	89,47%	92,31%	92,59%	94,28%	96,68%	96,66%	94,51%	94,33%	94,03%	93,45%
Prazo pagto PCF (PCF/Caixa das operações)	-462,47%	-5312,56%	-781,63%	-571,02%	16455,32%	2747,17%	5210,21%	3348,65%	2013,10%	-3743,42%
Prazo pagto dívidas LP(Div.financ.de LP/Caixa das operações)	-26,33284035	-299,0807392	-45,18218849	-33,39643946	1063,509086	189,4237647	425,9991913	308,031502	208,4983026	-399,7492459
NGCCT/PL	-201,63%	-253,48%	-265,56%	-335,71%	-662,35%	-756,82%	-306,10%	-253,09%	-203,22%	-153,61%
CCP+FLP/NLCDG	116,52%	116,76%	119,31%	120,76%	121,55%	115,64%	102,78%	69,53%	33,62%	-27,67%
Margem Financeira (Caixa das operações/ROL)	-71,88%	-3,21%	-28,33%	-32,81%	1,07%	6,35%	3,17%	4,68%	7,14%	-3,88%
Ciclo										
Contas à Receber (Créditos a Rec.médio/ROBx360)	2.034,62	1.065,82	1.396,73	1.194,04	1.204,74	1.330,90	1.128,27	1.049,79	886,20	736,52



METAS E AÇÕES DA GESTÃO

A) - Renegociação da Dívida do Seguro Habitacional (SH/SFH)

A composição da dívida - De 12/1997 até 04/2003 não efetuou o recolhimento dos valores relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários, tendo promovido apenas o pagamento do parcelamento da dívida renegociada do período de julho de 1993 a julho de 1996; De 05/2003 até 06/2007, efetuou o recolhimento dos valores das faturas das parcelas efetivamente recebidas dos mutuários de forma total ou parcial; De 07/2007 a 10/2010, não efetuou recolhimento dos valores das faturas relativos aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários; A partir de 11/2010, passou a recolher integralmente os valores das faturas relativas aos seguros cobrados nas prestações dos imóveis dos mutuários.

O processo de renegociação - iniciou-se com a realização de trabalhos técnicos de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e da Seguradora (ambos em fase adiantada de implementação), para conciliação efetiva dos valores devidos e os valores cobrados e pagos.

A metodologia - basear-se-á nos parâmetros e condições que regem as Normas e Rotinas da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e nos termos da Resolução do Conselho Curador do FCVS nº193/06, em fase de regulamentação na Caixa.

Através da correta quantificação da dívida relativa aos prêmios de seguro, poderemos (se devido) efetuar a renegociação e o parcelamento dos débitos do Estipulante perante o Seguro Habitacional do SFH.

Com a regularização do Seguro, a Companhia beneficiar-se-á principalmente da liberação dos Sinistros Represados e da liberação dos Lotes de Novação do FCVS, proporcionando a amortização destes valores nos Contratos de Empréstimos que estão em fase de retorno junto a CEF, e que começam a apresentar decurso de prazo (término do financiamento); e que por ainda apresentarem valores residuais estão sendo renegociados com prazos menores e taxas maiores junto a Caixa Econômica Federal.

B) – Batimento Cadastral do Seguro Habitacional – SFH

Para formalização do acordo de parcelamento de débitos com SH-SFH seguimos a Medida Provisória nº. 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, regulamentada pela Resolução CCFCVS nº. 133/2002, com as alterações introduzidas pela Resolução CCFCVS nº. 193/2006.

Providências em Andamento: - Depuração dos contratos de financiamentos ativos conforme o roteiro de análise do FCVS;



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

- Busca junto à prestadora de serviços responsável pelo sistema de gerenciamento de crédito imobiliário, do desenvolvimento de novos programas auxiliares ao sistema que faça a importação dos dados dos contratos já habilitados na CEF;
- Levantamento do valor real do débito, em razão das divergências cadastrais entre a Cohab e a Seguradora;
- Apuração de todos os valores pagos de MIP comparando com os valores depurados, ou seja, que deveriam ser pagos;
- Análise da documentação, depuração de todos os contratos inativos e ativos, e convocação dos mutuários correspondentes para esclarecimentos e implantações no sistema.

Realização das correções e suas dependências:

- Somente após termos todos os contratos depurados e implantados no sistema (Bat.Cadastral) teremos condições de apurar o valor real do débito e aplicar as correções monetárias e capitalizações conforme Circular SUSEP nº. 111, de 03 de dezembro de 1999.
- Aguardar os resultados e os prazos legais para decisão final das ações judiciais que mutuários movem contra a Cohab e as ações judiciais que a Cohab move contra os mutuários;
- Aperfeiçoamento do sistema operacional para processamento dos dados obtidos e demonstração das diferenças pagas de prêmios de seguro habitacional em toda a evolução de cada contrato de financiamento, por mês e por ano em todo período que a dívida foi constituída.

C) - Finalização Acordo Extrajudicial e Judicial – Constr. x Cohab x CEF

- A Companhia vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

D) - Renegociação de Empréstimos com Decurso de Prazo (CEF)

Relativo a diversos Contratos de Empréstimo de Financiamento vinculados ao SFH, e que foram destinados à construção, comercialização e financiamento de conjuntos habitacionais através da utilização de recursos do FGTS;

Firmados pela Cohab/Bauru junto a CEF, mediante Instrumento de Compromisso de Compra e Venda, na qual a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e também, cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de promessa de compra e venda das unidades construídas, com prazo de amortização e juros fixados contratualmente;



CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS ATUAIS

Os contratos de financiamento com prazo médio de 20 a 25 anos começaram a findar o seu período de retorno ou como é comumente conhecido no mercado habitacional, começaram a decursar, e devido às sistemáticas, particularidades e peculiaridades próprias das evoluções dos financiamentos; influenciados por efeitos governamentais de cunho legal, e do próprio mercado dos mutuários, geraram saldos devedores residuais - no seu término de prazos originais - os quais, legalmente se tornam imediatamente exigíveis e provocam o enforcamento das operações financeiras da companhia.

Dentre os vários motivos legais e mercadológicos que provocaram a situação de falta de caixa no momento do decurso dos prazos, podemos destacar os seguintes itens:

Legislação: *Emanhada teia legislativa protecionista cria e altera dia-a-dia a política habitacional do país. Editam-se novas leis criando benefícios ao mutuário, sem que sejam criados mecanismos (no mesmo tempo) que permita a segurança e continuidade das operadoras da habitação. Leis complexas e de difícil entendimento comum são discutidas em juízo pelos mutuários, divididos basicamente em dois grupos:*

a)- Aqueles que realmente tem direitos adquiridos, e que conseguem reduzir os valores das suas parcelas, dos seus encargos e dos seus saldos devedores, causando prejuízo à Companhia, a qual não tem como repassar os efeitos das decisões judiciais ao órgão concedente do crédito, que é a CEF.

b)- Aqueles que não tem direito adquirido, mas que por conveniência “ajuntam-se aos achismos da vida”, e ao final da ação conseguem algum acordo para encerrar a questão; ou ainda perdem a ação (infelizmente poucos casos).

A falta dos seus pagamentos nas datas vencidas já causaram problemas financeiros e econômicos, sobretudo por conseguirem também no final um acordo, que lhes propicia o parcelamento de sua dívida. Em um como noutra já ocorreram perdas para a Companhia, que é obrigada a repassar os valores relativos das inadimplências a CEF, mesmo que não tenha recebido os valores das prestações.

A Cohab só conseguirá o equilíbrio do seu fluxo financeiro no final dos recebimentos das parcelas repactuadas.

Descompasso das Receitas: *(a) A situação econômica e financeira caótica e inflacionária que penalizou – por muitos anos – o nosso país nas últimas décadas, causando altos índices de rotatividade do quadro funcional das empresas e do desemprego. (b) O formato operacional de várias das gestões passadas – da Cia – que contribuiu por formar e consolidar o censo comum – incorreto - nos mutuários do Sistema Habitacional Nacional e em especial na população atingida pelas operações da*



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

Cia; de que as dívidas e saldos devedores proveniente da construção de imóveis de conjuntos habitacionais, por fazerem parte da política habitacional de cunho social não seriam cobrados; ressaltando que este tópico não é privilégio da COHAB Bauru, mas do sistema habitacional como um todo, e que isto provocou o aumento da inadimplência até entre aqueles que tinham condições de honrar os pagamentos. (c) Que muitos dos atos operacionais e decisões de antigas diretorias foram cumpridos de forma obrigatória em virtude da Lei Federal (com foco em uma política paternalista de cunho social) e das rotinas internas de depurações de contratos de mutuários, dos recálculos, sinistros, quitações, transferências, novações; os quais em muitos casos dependem tão somente de decisões judiciais que por assim fogem ao livre arbítrio da gestão da Cia; sendo que estes atos influenciam os valores das parcelas vencidas e saldos devedores vincendos e o fluxo de caixa e a geração de receitas. (d) Que dia-a-dia a Cia cumpre rotinas de revisão de conceitos, dados cadastrais e financeiros, aplicando as regras aplicáveis no momento, as quais por terem sido alteradas após a assinatura dos contratos de financiamentos – ativos e passivos – se contrapõem às regras praticadas originalmente; por força de mudanças contemporâneas na política habitacional imposta pelo Governo Federal que é o seu Gestor Maior; e que tudo isto provoca como consequência imediata e lógica o aumento e/ou redução de juros e índices de atualização aplicados anteriormente; repercutidos nos valores das parcelas e dos saldos devedores. Ressaltamos ainda que regularizações de atos geradas em virtude de decisões e práticas administrativas e operacionais de períodos anteriores não podem ser repassadas aos contratos com a CEF; e então são fatores que oneram dia-a-dia o resultado e as finanças da Cohab, causando prejuízos irreparáveis.

Utilização Créditos FCVS no Acordo Cohab x CEF – 2003: (a) *Que a Cohab celebrou com a CEF em 26/03/2003 um acordo quando renegociou e confessou uma dívida de R\$ 601.023.459,64, da qual o valor de R\$ 17.812.754,39 relacionava-se à dívida vencida e o de R\$ 583.210.705,25 a dívida vincenda. (b) Que a dívida confessada consolidou renegociação para a amortização de 20 conjuntos, no valor de R\$ 181.484.355,36, quando a COHAB efetuou o pagamento a CEF com a utilização de títulos CVS existentes na época, oriundos da novação dos créditos da Cia. até aquela data, caucionados juntos ao FCVS. (c) Que diante da necessidade de redução dos repasses, a Diretoria da época, optou por utilizar estes créditos CVS nas amortizações dos contratos com os maiores comprometimentos + os de maiores taxas de financiamento, e os empreendimentos considerados como problemas. (d) No valor renegociado de Bauru foram incluídos 6 conjuntos: Jd. Nova Esperança II, Edson Francisco Silva, Mary Dota, Pastor Arlindo Viana, José Regino, Procred IV, que representaram 52% do valor da renegociação da dívida consolidada, ou seja, R\$ 94.487.436,32. (e) Portanto que para que isto fosse possível, ocorreu a utilização de estoques de créditos CVS pertencentes a outros conjuntos habitacionais.*



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

Os contratos que agora devem ser renegociados não tiveram seus créditos de direito de FCVS utilizado em sua amortização, em virtude disto agora demonstram elevados saldos residuais remanescentes para retorno ao FGTS.

DECURSO PRAZO - 07/2008 A 12/2013									
	Contrato	Data Decurso	Taxa	Vr. Atualizado	Juros	Juros Remun.	Tx. Imp.	Total	
079	0006874-20	PIRATIN-O.FERNANDES	08/07/2008	1,70%	908.123,84	1.286,51	85.974,65	664.253,83	1.659.638,83
080	0004036-22	NOVA MARILIA-IV	08/07/2008	2,90%	35.279.867,79	85.296,90	5.703.418,69	27.406.436,13	68.475.019,51
081	0005750-15	TUPA II	08/07/2008	0,70%	804.505,34	469,29	31.335,87	558.098,15	1.394.408,65
093	0008981-68	RIBEIRAO BONITO I	08/04/2009	2,20%	183.411,86	395,28	19.410,04	117.054,08	320.271,26
044	0009714-49	DIVERSOS-AMPLIACAO	08/05/2009	2,30%	2.782.373,17	5.332,88	302.419,64	1.749.011,48	4.839.137,17
098	0009719-91	TANABI-JD.CENTENARIO	08/06/2009	3,10%	8.721.382,36	22.570,32	1.255.170,13	5.556.180,24	15.555.303,05
094	0005202-76	BOTUCATU-HUMB.POPOLO	08/07/2009	2,80%	19.317.651,24	45.074,52	2.465.305,27	11.910.829,10	33.738.860,13
095	0005791-09	VOTORANTIM I	08/10/2009	4,20%	22.805.258,26	79.859,23	4.125.042,45	13.910.233,58	40.920.393,52
097	0010940-32	PEREIRA BARRETO I	08/10/2009	4,40%	7.377.268,73	27.049,99	1.398.182,19	4.533.288,25	13.335.789,16
100	0011000-13	AGUDOS-J.B.R.MATTOS	08/12/2009	4,40%	9.822.406,90	36.015,49	1.788.098,74	5.761.145,79	17.407.666,92
096	0011503-86	BARRETO I	08/12/2009	4,50%	18.960.367,29	71.101,37	3.530.337,43	11.160.573,67	33.722.379,76
101	0009790-76	NH.EDSON B.GASPARINI	08/01/2010	4,10%	26.295.377,97	89.930,76	4.366.255,53	14.894.010,62	45.645.574,88
103	0010831-28	CONCHAS I	08/03/2010	4,20%	2.013.900,21	7.048,65	328.673,64	1.091.791,37	3.441.413,87
106	0011508-93	SAO MANUEL I ST.II	08/06/2010	4,00%	9.944.323,32	33.208,54	1.443.416,26	4.956.693,09	16.377.641,21
114	0014701-17	JAU-POTUNDUVA	08/02/2012	5,10%	1.343.723,51	5.710,83	132.289,54	341.784,42	1.823.508,30
110	0015576-69	MARACAI II	08/08/2012	3,70%	1.656.922,67	5.108,84	87.118,15	297.355,50	2.046.505,16
115	0015719-08	LENCOIS PAULISTA IV	08/08/2012	4,30%	4.352.469,08	15.596,35	266.087,99	787.806,11	5.421.959,53
111	0015747-91	POMPEIA-T.BACARAT	08/08/2012	4,40%	3.758.834,05	13.782,39	235.159,75	681.321,96	4.689.098,15
109	0015813-92	REGINOPOLIS III	08/08/2012	4,50%	1.344.029,62	5.040,12	86.003,20	243.962,48	1.679.035,42
113	0015848-30	FABIO TALARICO	08/08/2012	4,40%	6.408.652,49	23.498,39	400.937,41	1.161.625,08	7.994.713,37
112	0015449-64	TARUMA-PROHEMP	08/10/2012	4,30%	6.315.936,22	22.632,11	339.940,94	999.550,28	7.678.059,55
117	0017197-37	FICAM IV	08/07/2013	4,20%	3.448.537,02	12.069,88	71.057,80	207.191,00	3.738.855,70
121	0018906-01	BEBEDOURO I	08/10/2013	2,20%	2.789.647,98	5.114,35	14.346,45	78.655,07	2.887.763,85
126	0016124-88	S.JOSE RIO PRETO II	08/11/2013	2,60%	8.189.753,56	17.744,47	31.416,48	145.554,16	8.384.468,67
122	0017705-32	AMERICO BRASIL. I	08/11/2013	2,10%	1.830.508,04	3.203,39	5.669,22	32.495,72	1.871.876,37
135	0018792-67	BORBOREMA I	08/11/2013	1,90%	2.133.317,96	3.377,75	5.976,81	37.853,88	2.180.526,40
132	0017610-14	OUTROS CONTR.CEF	08/12/2013	1,40%	763.810,69	891,11	683,98	5.867,96	771.253,74
133	0018682-37	GARCA I 1. ETAPA	08/12/2013	1,70%	2.009.527,75	2.846,83	2.185,66	15.444,96	2.030.005,20
131	0018808-26	MATAO I	08/12/2013	1,80%	910.452,93	1.365,68	1.048,59	6.998,65	919.865,85
TOTAL.....					212.472.341,85	642.622,22	28.522.962,50	109.313.066,61	350.950.993,18

(a) Reparcèlement dos saldos devedores, vencidos e vincendos, correspondente a empréstimos firmados com o BNH e ou CAIXA, quando da construção de conjuntos habitacionais com prazo médio de 20 a 25 anos, sendo que através de negociação garantida pela Prefeitura Municipal de Bauru - LEI Nº 6.491, de 27 de Fevereiro de 2014, autorizou o Poder Executivo a adquirir títulos CVS - titularidade do FGTS, mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas de operações de empréstimos habitacionais da COHAB-Bauru, bem como a garantir operação de financiamento entre a COHAB-Bauru e a CEF - agente operador do FGTS em uma operação visando a liquidação de operações de empréstimos habitacionais, vencidos e vincendos. Observa-se que nesta decisão foram analisadas as seguintes normativas do Conselho Curador do FGTS que autorizou negociações envolvendo a aquisição financiada de títulos CVS, para quitação de dívidas, ou prestar garantias: Resolução nº 408 que prevê o reparcèlement: prazo máximo de 78 meses e uma taxa de juros de 6% ao ano, a qual não é aplicável no caso da Cia, e as Resoluções 479, 512 e 716, que são aplicáveis e mais benéficas, por permitirem prazo maior de financiamento e Juros mais benéficos, permitindo expressivo alongamento da dívida, com a redução dos encargos da COHAB.



(b) Estimativa de Retorno – Execução Judicial

O Conselho Curador do FGTS através da gerencia regional da CEF está ingressando com ação de execução contra a Companhia e seu principal acionista, cobrando o pagamento imediato. Como o Fundo de Garantia do Trabalhador não pode sofrer prejuízo, o contrato que decursa (vence) e o resíduo tem de ser pago em parcela única.

A execução será realizada contrato a contrato até que se efetue o pagamento de toda a dívida pendente.

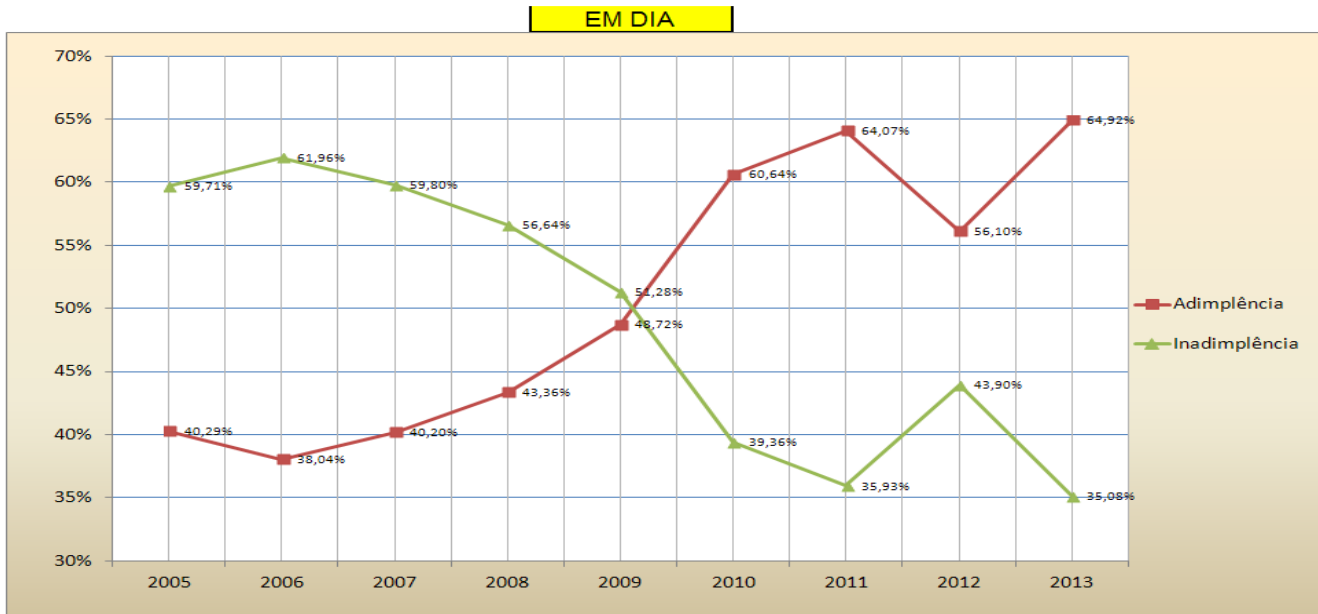
Mesmo na situação da COHAB ser declarada extinta, insolvente, ou colocada em liquidação, mesmo assim o dinheiro do trabalhador (que é do FGTS) será objeto de ação judicial, contra então os acionistas.

*A cobrança judicial alcança não somente a controladora, Prefeitura Municipal de Bauru, que detém 72,8% do Capital Social, mas sim, **todos os acionistas**.*

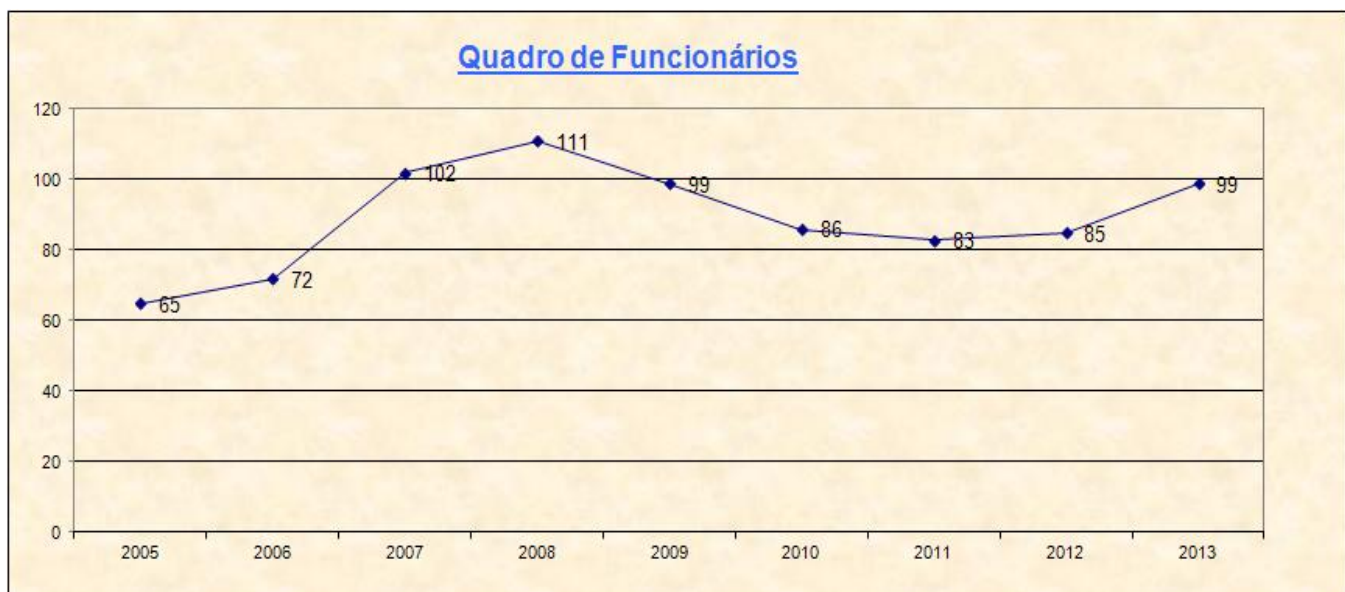
As resoluções do Conselho Curador permitem - caso de parcelamento - não gerar risco de confisco de receitas ou bens municipais, e se houver acordo, suspende a execução.

(c) Medidas operacionais implantadas (iniciadas em 2005) objetivando o saneamento e a recuperação da capacidade financeira: Combate a inadimplência, redução das despesas do custeio administrativo, cobrança das diferenças apuradas na depuração, reversão das negativas de cobertura FCVS, batimento cadastral do seguro habitacional, renegociação da dívida do seguro habitacional, finalização acordo – Constr. x CEF x COHAB.

*- COMBATE A INADIMPLÊNCIA, dentro do **âmbito Administrativo** houve a intensificação das Depurações dos SalDOS ativos; intensificação das Revisão dos saldos inativos; sistematização da cobrança - emissão automática de cartas de cobrança, flexibilização para realização de acordo de dívidas ainda não notificadas judicialmente, isto é, redução do valor da entrada para concretização de uma negociação (exigência atual - 30%); e renegociação e recuperação de créditos de valores residuais provenientes de contratos decursados, depurados, reativados que apresentam diferenças; e no **âmbito Jurídico**, a intensificação das ações de cobrança das inadimplências pelo Jurídico Contencioso objetivando a agilização das recuperações de crédito, das notificações judiciais, e conseqüente reintegração dos imóveis.*



- REDUÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO, estão sendo avaliados e aperfeiçoados os mecanismos de coordenação e controle dos gastos, identificando possibilidades de redução das despesas e implementando medidas de racionalização; a promoção do comprometimento de todos os gestores e funcionários na redução das despesas; Gastos operacionais administrativos Redução e contenção de gastos e despesas com compras, manutenção e serviços gerais no que for possível; Empregados do quadro permanente; Recrutados e selecionados em concurso público e convocados por ordem de classificação para prover cargo no nível da carreira administrativa ou profissional.



- **COBRANÇA DAS DIFERENÇAS APURADAS NA DEPURAÇÃO**, conforme instruções da CEF há necessidade da depuração de todos os contratos desde a data da assinatura até hoje, seguindo as regras do Roteiro de Análise do FCVS, para adequação da evolução financeira dos contratos aos diversos planos econômicos e/ou às alterações monetárias ocorridas ao longo dos financiamentos; sendo que a Divisão de depuração trabalha em conjunto com as demais divisões, a fim de atender às necessidades dos mutuários; quando na ocorrência de qualquer evento, como utilização do seguro, quitação do saldo devedor, amortização extraordinária do saldo devedor, recálculo das prestações, utilização de FGTS, transferência do imóvel, re-comercialização do imóvel, o contrato deve ser depurado com o objetivo de conferir a evolução do saldo devedor ao longo dos anos. Que houve a intensificação da cobrança das diferenças e resíduos apurados pela depuração do contrato, agilizando as recuperações de crédito, e se necessário o envio de notificações judiciais, com a conseqüente reintegração dos imóveis.

- **REVERSÃO DAS NEGATIVAS DE COBERTURA DO FCVS**, considerando que o FCVS, criado em meados da década de 60, tem a finalidade de garantir a quitação dos saldos devedores dos financiamentos junto aos agentes financeiros na hipótese de existência de resíduo de saldo devedor após o término do prazo contratualmente ajustado, e que o fundo foi extinto por Lei em 1993, e assim, os contratos celebrados após 1993 não mais contam com o benefício do FCVS foram intensificadas as providências de reversão das negativas, através de depuração documental e legal.

- **BATIMENTO CADASTRAL DO SEGURO HABITACIONAL**, intensificação dos procedimentos para início dos trâmites da **RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA DO SEGURO HABITACIONAL**, bem como o alongamento do prazo de amortização da dívida e redução das multas moratórias.

- **CONSTR. x CEF x COHAB**, a Cohab vem buscando e mediando através de contatos e negociações junto a CEF e Construtoras, alternativas para a superação do litígio de ações pleiteando o pagamento de diferenças de correção monetária sobre valores de faturas e retenções contratuais realizadas quando da construção de diversos Conjuntos Habitacionais.

- **SISTEMA DO CONTROLE INTERNO DA COHAB BAURU**

A Cia criou, mediante Portaria da Presidência, o seu **Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria da COHAB BAURU**.

Foi elaborada reuniões e seminários para os vários públicos internos da Cia, primeiramente para os membros da Comissão do SCI, e em seguida para os funcionários



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

em cargos de chefia/supervisão/gerência, a respeito de temas do ATO DE CONTROLAR e da FUNÇÃO DE AUDITAR E RELATAR, para em seguida proceder ao levantamento das áreas de risco (Matriz de Risco), elaborar o Plano de ação para os exercícios de 2013 e 2014, iniciar o desenvolvimento dos programas de auditoria, como das técnicas de emissão de relatórios e apresentação dos relatórios semestral e anual das atividades realizadas.

CONCLUSÃO

Todas as ações em andamento visam prioritariamente:

(a)-Saneamento financeiro e operacional da Cia.

(b)-Estabelecimento de uma operação sustentável que assegure o recebimento de todos os seus direitos.

(c)-Evitar a oneração das finanças públicas municipais, onde a prefeitura seria chamada à responsabilidade como controladora majoritária assumindo o endividamento e o ressarcimento dos prejuízos antigos; enfim, o parcelamento da dívida conjugada aos esforços para a redução de custos, otimização das receitas, realização de todos os ativos possíveis, aplicação de forma organizada e racional de recursos na quitação dos compromissos e cumprimento dos gastos operacionais, recuperação dos processos judiciais, e a recuperação de créditos com os mutuários possibilitará a continuidade dos negócios.

Ressaltamos também:

(a) existência de promessa pela CEF quanto a não aplicação da multa moratória de 12% pelo atraso na quitação dos decursados já enviados e que se encontram pendente de aprovação no Tesouro Nacional;

(b) a Cia conseguiu que a execução da dívida fique suspensa até a aprovação do Tesouro Nacional, permitindo assim celebração da renegociação junto a CEF.



NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Habitação Popular de Bauru – COHAB foi criada nos termos da Lei Municipal n.º 1.222, de 1º de abril de 1966, como sociedade de economia mista, sendo regida precipuamente pela Lei das Sociedades Anônimas, e devidamente constituída por Escritura de Constituição lavrada no 1º Cartório de Notas de Bauru, no dia 23 de setembro de 1966, no livro 341 às fls. 037vº, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o n.º 335162, sediada atualmente na Av. Nações Unidas, n.º 30-31, Jd. Panorama, nesta cidade e comarca de Bauru (SP). Trata de verdadeira entidade integrante à Administração Pública Indireta do Município de Bauru, e é dotada de personalidade jurídica de direito privado, vez que instituída sob a forma de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos, bem como exercendo atividade econômica, sendo que durante toda a sua existência, a COHAB levou a efeito a construção de aproximadamente 65.000 (sessenta e cinco mil) moradias, distribuídas entre 84 (oitenta e quatro) municípios do Estado de São Paulo, sendo a grande maioria no município de Bauru (SP), onde construiu aproximadamente 18.000 (dezoito mil) casas para a população de baixa renda, distribuídas por 35 (trinta e cinco) núcleos nas mais diversas regiões da cidade.

No plano da Política Habitacional Brasileira e sob o aspecto do Sistema Financeiro de Habitação, a COHAB é enquadrada juridicamente como Agente Financeiro, nos exatos termos da Lei n.º 4.380/64 e Resolução do Conselho de Administração do BNH n.º 63/66 (RC 63/66), tendo por objetivo principal o estudo e solução do problema da habitação popular de Bauru e Região, planejando, e executando mediante a promoção de construções, comercialização, alienação, dentre outros, consoante objetivos entalhados no artigo 3º e incisos, do seu Estatuto.

Em relação ao Município de Bauru, nos exatos termos da Lei n.º 1.222/66 (Lei de Criação da COHAB) c.c. o artigo 10 de seu Estatuto, aliada às Resoluções n.º 67/92 e 82/92, ambas do CCFGTS, ele - Município de Bauru - é devedor solidário da Companhia de Habitação Popular de Bauru no que tange à dívida desta perante o Agente Operador do FGTS.

2. CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo o Plano de Contas do Sistema das Companhias de Habitação Popular, em processo de aderência às novas regras contábeis, buscando a convergência com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com as normas expedidas pela Caixa Econômica Federal - CEF, tendo em vista que a COHAB BAURU é agente financeiro do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, que altera alguns aspectos da Lei n.º 6.404/76, alterada posteriormente pela MP n.º 449, de 3.12.2008, convertida na Lei 11.941, de 27.05.2009. Esses pronunciamentos visam principalmente à harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com os padrões internacionais de contabilidade emanados pelo IASB – International Accounting Standard Board. Em linha com as alterações das Leis n.º 11.638 e 11.941, o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu ao longo dos exercícios de 2008 a 2013 Pronunciamentos Técnicos que alteraram algumas práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais a Companhia aderiu naquilo que é aplicável. A Companhia, em análise, interpretação e aplicação desses novos dispositivos, não identificou a



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

necessidade de mudanças estruturais nas suas práticas contábeis que produzissem efeitos relevantes nas suas demonstrações contábeis, e no que se refere aos conceitos relativos a ajustes a valor presente dos elementos dos ativos e passivos de longo prazo (carteira de prestamistas e de retorno à CEF), constatou não ser aplicável tal conceito, face às particularidades das suas operações. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos entre outras transações, com a adoção de várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos e à determinação de provisão para imposto de renda, entre outras; as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, podem apresentar variações, impostas pelo mercado, em relação aos dados e valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes.

3.1. Aplicações financeiras: são registradas pelo valor de aplicação; e quando aplicável, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado, obedecendo a intenção e capacidade financeira da Companhia em mantê-las até o vencimento de seus prazos.

3.2. Ativos circulantes e não circulantes: são demonstrados pelo custo original acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustados por provisão para valor de realização ou recuperabilidade.

3.3. Ativo Permanente: o imobilizado está apresentado pelo custo corrigido monetariamente até 31/12/1995. A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais estipuladas pela legislação fiscal, sendo Imóveis de uso, 4%; Móveis e Utensílios e Instalações Administrativas, 10%; e Veículos, Computadores e Periféricos, 20%. A administração avaliou a condição de recuperabilidade desses ativos e concluiu que não haver necessidade de constituir provisão para adequar seus valores.

3.4. Passivo circulante e não exigível: são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias “pró-rata” dia.

3.5. Empréstimos do Sistema Habitacional: Os financiamentos junto a CEF registram os empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), destinados à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente financeiro COHAB BAURU, cedendo garantia em primeira e especial hipoteca transferível a terceiros, sobre os imóveis objetos de contratação, mediante Instrumento de Compromisso de Compra e Venda, com força de escritura pública, com pacto adjeto de hipoteca, na qual a CAIXA comparece como interveniente anuente e credora hipotecária, e também, cessão fiduciária dos direitos decorrentes dos contratos de promessa de compra e venda das unidades construídas. O agente, em garantia das obrigações assumidas nos contratos de Carta de Crédito, cede caução nos termos do Decreto no. 24.778, de 14 de julho de 1934, dos direitos creditórios decorrentes das hipotecas constituídas pelos mutuários finais.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Os recursos captados nos empréstimos em questão foram aplicados segundo a Política Habitacional Nacional contemporânea às construções, através da construção de diversos núcleos habitacionais; porém, hoje, mercê variados fatores sociais e econômicos, aos quais a COHAB Bauru não deu causa, a companhia não reúne capacidade financeira de saldar nos moldes que o sistema financeiro da habitação exige, isto é, à vista, principalmente porque existe um alto volume de parcelas – ao longo dos anos - a receber dos mutuários. Os empréstimos são amortizados em prestações mensais em prazo de até 30 anos, acrescidos de juros que variam de 1% a 8% ao ano. Os saldos apresentados no balanço estão líquidos das amortizações ocorridas até aquela data, e acrescidos da atualização e os juros "pró-rata", baseados na variação da UP (unidade padrão), e taxas contratuais apropriados até a data do encerramento do exercício, líquidos dos encargos financeiros contratuais vincendos.

Renegociação dos contratos:

As políticas governamentais destinadas à habitação popular e o modelo do Sistema Financeiro de Habitação sofreram diversas alterações e adaptações ao longo de sua história, quando foram criadas, por parte do Governo Federal, novas legislações que alteraram o "status quo" das cláusulas e condições iniciais, acrescidas de critérios distintos no tratamento dos financiamentos repassados entre CAIXA – COHAB's – Mutuário, em particular: i) data de assinatura do contrato; ii) data de vencimento da primeira prestação; iii) taxa de juros; e iv) data-base e índice de reajuste das prestações do mutuário/adquirente. Em função das sucessivas crises financeiras que agravaram o país e o povo brasileiro, neles inseridos os mutuários do Sistema Financeiro Habitacional, ocorreram gigantescas levas de relações de mutuários inadimplentes no plano jurídico, os quais em sua grande maioria conseguiram, judicialmente, a redução do valor das prestações, do saldo devedor e das taxas de juros em alguns casos.

Estas duas situações (determinações legais e decisões judiciais), ditadas tão somente pelo ambiente externo (decisão do Governo Federal e de julgamento judiciais), ambas fora do controle de decisão da COHAB, causou o descompasso econômico e financeiro do seu balanço, na medida em que a sua carteira passiva – retorno do empréstimo ao FGTS - manteve a mesma qualidade e responsabilidade e a sua contrapartida – a carteira ativa – sofreu violento decréscimo, com perda das suas propriedades financeiras de retorno do capital emprestado aos mutuários. Nesse contexto, da somatória destes vetores, surgiu o desequilíbrio financeiro do Sistema conhecido como COHAB's.

A situação particular da COHAB BAURU nos últimos anos revela que muitos contratos de financiamentos decursaram – chegando ao fim do prazo contratual, sendo que em virtude do não abatimento, por parte da CAIXA, do saldo remanescente do mutuário coberto pelo FCVS no saldo remanescente devido pela COHAB BAURU, criou-se um descompasso – *desequilíbrio econômico e financeiro* - onde os valores recebidos dos mutuários não foram suficientes para quitar os empréstimos tomados para cada empreendimento.

Conforme Notas Explicativas 3.14, e 4.12; a COHAB BAURU tem Estoque de títulos FCVS represados, já habilitados e homologados pela CAIXA, no valor de R\$ 446.146.689,41. Trata de descontos já concedidos pela Cia aos seus mutuários (reduzindo assim a sua capacidade de fluxo de caixa), cumprindo a legislação, porém a mesma legislação que determina a concessão do desconto à vista no dia de HOJE, também determina que a Cia vá recuperar este dinheiro somente após longos anos, depois de procedimentos de revoluções por parte da CAIXA criando então um descompasso e desequilíbrio no seu fluxo de caixa e na realização das suas receitas. Se os descontos concedidos pela



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Cia por conta do FCVS fossem repostos pela CAIXA na mesma temporalidade e qualidade financeira, daquele concedido pela Cia aos mutuários, seriam suficientes para amortizar o valor dos contratos decursados.

Ao longo dos últimos anos a Administração envidou esforços no intuito de solucionar o problema de desequilíbrio entre seus recebimentos e pagamentos, e diante do decurso de prazo de diversos empreendimentos encetou deliberações nos foruns competentes objetivando a renegociação junto a CEF em relação aos financiamentos decursados, até que em 2009 concluiu a necessidade de contar com auxílio externo financeiro e recorreu à sua instituidora e controladora majoritária, Prefeitura Municipal de Bauru. Depois de exposições e deliberações junto àquele órgão, bem como junto à Câmara Municipal de Bauru, que delongaram vários meses permeados de extensas reuniões, a direção da Cia elaborou uma sugestão de operação garantidora que culminou na redação de uma minuta de projeto de lei visando autorizar o poder executivo a adquirir títulos CVS, de titularidade do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas de operações dos empréstimos habitacionais decursados da COHAB BAURU, bem como garantir operação de financiamento entre a COHAB BAURU e a Caixa Econômica Federal, como agente operador do FGTS para aquisição de títulos CVS, de titularidade do FGTS, destinados à liquidação de operações de empréstimos habitacionais, vencidos e vincendos junto àquele fundo.

Solicitou na época que a proposta de projeto de lei tivesse a abrangência dos contratos de financiamentos conforme quadro abaixo no total de R\$ 177.764.332,52 e fosse estudada e se acatada pela municipalidade, encaminhada à nobre Câmara Municipal de Bauru, sob a forma de projeto de lei de autoria do poder executivo, esperando que o processo culminasse na sanção e promulgação da lei autorizadora, justamente por ser esta a principal condição dentre os requisitos exigidos pelo Conselho Curador do FGTS para possibilitar o financiamento de obrigações junto ao FGTS em condições financeiras que podem ser suportadas por esta companhia.

A Municipalidade acatou a proposta e editou um Projeto de Lei em 16.08.2009, que, devidamente acompanhado de exposição de motivos, foi enviado para a Câmara Municipal de Bauru.

Relação dos contratos a serem renegociados - Motivo do Projeto de Lei						
CT	CONJ.	CONJUNTO HABITACIONAL	CIDADE	ASSINAT.	Tx retorno	Saldo devedor
004036-22	080	NOVA MARILIA-IV	MARILIA	29/12/1978	2,9	40.684.527,82
005202-76	094	BOTUCATU-HUMB.POPOLO	BOTUCATU	21/12/1979	2,8	19.328.961,33
005750-15	081	TUPA II	TUPA	18/04/1980	0,7	903.062,10
005791-09	095	VOTORANTIM I	VOTRANTIM	30/04/1980	4,2	22.522.974,38
006874-20	079	PIRATIN-O.FERNANDES	PIRATININGA	23/12/1980	1,7	1.032.029,65
008981-68	093	RIBEIRAO BONITO I	RIBEIRÃO BONITO	12/01/1982	2,2	189.826,08
009714-49	044	DIVERSOS-AMPLIACAO	BAURU	28/04/1982	2,3	2.847.266,50
009719-91	098	TANABI-JD.CENTENARIO	TANABI	28/04/1982	3,1	8.841.117,07
010940-32	097	PEREIRA BARRETO I	PEREIRA BARRETO	05/11/1982	4,4	7.215.701,02
011000-13	100	AGUDOS-J.B.R.MATTOS	AGUDOS	16/11/1982	4,4	9.617.710,56
011503-86	096	BARRETOS I	BARRETOS	22/03/1983	4,5	18.476.135,30
209959-08	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/11/2006	6,0	6.625.001,44
209926-09	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/11/2006	6,0	253.034,97
210351-88	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/12/2006	6,0	773.927,60
231229-22	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	01/09/2007	6,0	8.836.602,01
271999-86	000	OUTROS CONTRATOS CEF	-	31/10/2008	6,0	29.616.454,69
						177.764.332,52
Posição 01/09/2009				Taxa Média.....		4,14800

A autorização legislativa é primordial e de vital importância para a aquisição dos créditos de titularidade do FGTS, que seriam aplicados na quitação dos saldos devedores residuais de empréstimos habitacionais tomados pela COHAB BAURU há 20 ou 25 anos.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Os recursos captados pela Cia junto à CEF nos empréstimos em questão foram aplicados no cumprimento da Política Habitacional Nacional contemporânea, através da construção de núcleos habitacionais.

As condições financeiras para a negociação do financiamento das dívidas da COHAB BAURU com a intervenção do município, na forma que a lei em voga autorizaria, eram, à época do pedido, mais favoráveis (taxas menores e prazos maiores) do que aquelas que se encontram abertas, atualmente, para a companhia firmar empréstimos de forma solitária. As operações seguiriam os moldes das Resoluções 479 e 512 e se mostram mais benéficas permitindo o elastecimento do prazo de financiamento para dezembro de 2026 e juros calculados pela taxa média ponderada dos valores dos contratos envolvidos, equivalendo a 4,148% e implicando em expressiva redução dos encargos da COHAB. O valor do encargo mensal projetado à época das negociações seria de R\$ 2.447.691,59, valor que estava dentro de um fluxo de caixa possível de ser cumprido.

Dentre os objetivos perseguidos com a operação destacam-se (i) redução da necessidade de fluxo de caixa da COHAB BAURU, (ii) equalizar a insuficiência de garantias e a permitir a liberação das hipotecas caucionadas ao FGTS, (iii) pagar a dívida com prazo elastecido e taxa de juros reduzidos, (iv) evitar que, na eventualidade de a COHAB não conseguir solver suas obrigações perante o FGTS, vir a Municipalidade ser obrigada, por solidariedade, a suportar as dívidas e os prejuízos consequentes.

O projeto correu longamente nos trâmites na Câmara Municipal de Bauru, a qual aprovou parcialmente a operação com abrangência aos contratos abaixo citados, no total de R\$ 42.619.619,57.

Relação dos contratos autorizados renegociar pela Câmara Municipal						
CT	CONJ.	CONJUTO HABITACIONAL	CIDADE	ASSINAT.	Tx retorno	Saldo devedor
004036-22	080	NOVA MARILIA-IV	MARÍLIA	29/12/1978	2,9	40.684.527,82
005750-15	081	TUPA II	TUPA	18/04/1980	0,7	903.062,10
006874-20	079	PIRATIN-O.FERNANDES	PIRATININGA	23/12/1980	1,7	1.032.029,65
						42.619.619,57
Posição 01/09/2009				Taxa Média.....		4,14800

Diante do atraso na solução para o pagamento do retorno dos empréstimos já decursados, a CEF decidiu tomar medidas judiciais e promoveu Ações de Execução por quantia certa contra devedor solvente as quais correm na 1ª. Instância da Justiça Federal de Bauru, onde, na data da elaboração da presente Nota Explicativa, permanecem com efeitos de suspensão até que seja emitida Decisão Liminar do E. TRF da 3ª. Região, ou se ultimem os atos necessários à repactuação da dívida, que serão deflagrados através do pronunciamento da Câmara Municipal de Bauru, conforme Nota Explicativa 06 – Eventos Subsequentes.

3.6. DEPURAÇÃO DOS CADASTROS DE PRÊMIOS DO SEGURO HABITACIONAL DO SFH, DE RESPONSABILIDADE DA COHAB BAURU: A Cia iniciou em 2008 procedimentos de depuração cadastral nos saldos do seguro habitacional em função do Sistema COHAB's ter descoberto a existência de problemas advindos, principalmente de dois vetores: (i) por muito tempo o processo de alimentação do sistema era manual dependendo dos recursos da datilografia e faltava, por parte da seguradora, de interpretações tempestivas em relação aos dados alimentados, tendo ocorrido atraso no trânsito dos documentos e instruções, fatores estes que geraram, inclusive, a criação de uma base de



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

dados em quantidade estimada de 5.000 contratos em duplicidade no sistema da Seguradora; (ii) erros havidos na implantação do sistema automatizado do seguro habitacional nos idos do ano 2000, quando ainda não havia sido implantado o Anexo 16.

Assim, nasceu a necessidade de aferir o valor real dos débitos para com as Companhias Seguradoras do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação e em 03.11.2008 a Cia decidiu através da Portaria no. 11/2008/DP, realizar a análise dos seus contratos ativos e inativos sob o crivo do Roteiro de análise do Fundo de Compensação de Variações Salariais, preparando-se para adequar os seus saldos credores e devedores e renegociar a dívida contraída com o Sistema do Seguro Habitacional em conformidade com a legislação temporânea, qual seja a Resolução no. 193 de 28.04.2006 e suas modificações, através de uma operação que se denominou “batimento geral do cadastro” da Seguradora com o da Estipulante, obedecendo as normas e as características particulares de cada mutuário.

O processo de depuração cadastral consiste na realização de trabalho técnico de identificação de um total aproximado de 49.000 contratos averbados na Apólice do SH/SFH quanto às seguintes situações: (a) Contratos liquidados por antecipação ou decurso de prazo, cujo cancelamento não foi informado à seguradora, (b) Pagamento indevido por ter havido sinistro e indenização, mas o imóvel permaneceu relacionado no Anexo 16, gerando indevidamente novas contribuições, (c) Existência de Contratos em duplicidade no Anexo 16, (d) Casos de Casas retomadas, onde somente são devidas as contribuições de seguro por danos físicos, e que constam ainda no Anexo 16 pagando contribuições por morte e invalidez, (e) Casos de erros de classificação do mutuário, seja por categoria profissional ou por erro de enquadramento nos planos de financiamento conforme o RA, de reajuste trimestral, que é o correto, para reajuste mensal (f) Retificações que dizem respeito a revisões dos índices adotados pela Seguradora quando dos reajustes de encargos mensais. O processo de depuração cadastral já somou 32.969 contratos e consiste na realização de trabalho técnico de revisão dos valores das pendências referentes a prêmios de seguro e de regularização dos dados cadastrais do Estipulante e das Seguradoras, para a conciliação entre os valores dos prêmios efetivamente devidos e os valores dos prêmios cobrados mensalmente, e a análise das condições iniciais e alterações contratuais individuais.

Diante da falta de normatização desta operação pela CAIXA a Cia decidiu adotar a mesma metodologia preconizada pela CAIXA nos termos das Resoluções CCFCVS; sendo que as tarefas de revisão e reevolução próprias do batimento cadastral são de Responsabilidade da COHAB BAURU.

Os valores de prêmios de seguro pagos estão sendo comparados, mês a mês, com os valores devidos, apurados na conformidade da revisão até a data de posicionamento da dívida objeto da renegociação, quando será emitido relatório de divergências que será utilizado pela Cia na renegociação da dívida com a Seguradora, porém, diante do atraso na regulamentação por parte da CAIXA, tais diferenças não são passíveis de serem apontadas e registradas contabilmente.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os princípios contábeis em vigor.

3.7.1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

3.7.2. Passivos contingentes: São constituídos levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada dentro da opinião dos juristas da Cia como provável; quando poderia ocasionar uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3.8. Obrigações legais: decorrem de obrigações tributárias, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

3.9. Resultado: apurado pelo regime de competência.

3.10. Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades.

3.11. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa, bancos, aplicações financeiras, demais contas a receber e a pagar) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos: O Pronunciamento Técnico CPC 1 determina que seja avaliada a necessidade de redução do valor recuperável de ativos, onde a Cia constatou que os seus ativos não estão registrados por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

3.13. Ajuste a Valor Presente: O Pronunciamento Técnico CPC 12, estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Enquadram-se na análise os grupos de contas representativos dos valores a receber de mutuários e dos valores a retornar à CEF, que estão devidamente suportadas em contas analíticas individuais, para cada empreendimento, no caso dos valores a receber de mutuários e cada contrato, no caso dos financiamentos com recursos da CEF ou outro órgão concedente. Os saldos apresentados em cada conta, de empreendimento ou contrato de retorno a CEF, representam o saldo devedor (*estado da dívida*) na data de encerramento de cada exercício social, ou balancete periódico, acrescido dos encargos financeiros de juros, atualizações ou mora relativos a cada exercício (período), pelo regime de competência, seguindo as instruções determinadas pela Instrução COS/BNH/ID 03/75.

No seu item 11, o CPC 12 preceitua em relação aos empréstimos e financiamentos subsidiados, que cabem considerações sobre a especificidade da atividade. No caso das COHABS, face às particularidades da operação, com o crédito concedido por apenas um único ente governamental – Caixa - não há mercado consolidado para este tipo de dívidas de longo prazo no Brasil, as quais se sujeitam às regras impostas pelo Governo Federal, fugindo desta forma das regras do mercado livre, excetuando-se então às regras impostas pelo CPC 12, a qual não é aplicável no caso das carteiras imobiliárias ativas e passivas.

Conforme se comprova pelas notas 3.5, e 4.21, a Cia está na fase de retorno dos empréstimos que foram concedidos pelo extinto BNH e em seguida pela CEF, e provendo a administração da carteira subsequente que é o recebimento dos seus mutuários, não existindo um efetivo mercado competitivo destes tipos de crédito de longo prazo no Brasil para estes passivos nem para os ativos correspondentes.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Em outro prisma, analisando a essência, constata-se que inexistente a incorporação de encargos futuros nas prestações vincendas – ativas e passivas, e os saldos em 31 de dezembro refletem tão somente a variação até aquela data. Assim sendo, as operações praticadas pela Cia não estão contempladas no CPC 12 nem sujeitas à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos.

3.14. FCVS A RECEBER: O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) criado pela Resolução n. 25, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), em 16/6/1967, transferido sucessivamente para a CAIXA, Banco Central do Brasil (BACEN), Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e Ministério da Fazenda, por Decretos-Lei, Resolução do Conselho Monetário Nacional e Leis Federais, tem por finalidade (i) garantir o limite de prazo para amortização das dívidas dos financiamentos habitacionais, contraídas pelos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); (ii) assumir em nome do devedor, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional; e (iii) garantir o equilíbrio da Apólice de Seguro Habitacional relativo aos contratos firmados com a CAIXA, datados até 23/4/1993, conforme Lei n. 8.692/93. Os saldos estão atualizados até a data do balanço pela variação da UP (unidade padrão); e sua realização está vinculada ao cumprimento obrigatório da formalização da documentação dos processos que envolvem as fases de habilitação, homologação e controle das restituições, através da CAIXA. Existem diferenças que são apuradas pela CAIXA quando ela procede à evolução os contratos dos processos de cobertura na concessão de descontos aos mutuários, que estão sendo revisados, eliminando inconformidades legislativas e operacionais relativas ao processo de concessão de descontos na transferência por sub-rogação. Existem casos onde os valores a habilitar perante o FCVS são menores que os saldos constantes na contabilidade; e outros, onde os valores são maiores. Os saldos contábeis representam os descontos efetivamente concedidos pela Cia. aos seus mutuários. Por consequência, a diferença global entre o total concedido e o total em habilitação; ainda pendente nas rotinas do roteiro de análise da CEF pode representar lucro ou prejuízo para a Cia, sendo que tais valores não são mensuráveis e somente serão conhecidos quando do término da análise da CEF, e assim, por ser uma rotina externa à Cia, esta não tem condições de apurar valores que permitam cumprir o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.15. FCVS - Contribuição trimestral : Com base na isenção prevista no artigo 12 da Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a Companhia, desde 1º de janeiro de 2001, deixou de recolher as contribuições trimestrais ao FCVS, e as contribuições trimestrais devidas e não recolhidas ao FCVS referentes às competências compreendidas entre o 4º trimestre de 1986 e o 4º trimestre de 2000 foram atualizadas mensalmente pela variação da Taxa Referencial (TR), com acréscimo de juros de 0,5% ao mês, que será motivo de futuro encontro de contas.

4. INFORMAÇÕES DE SUPORTE CONTÁBEIS

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A conta Caixa representa os numerários em espécie relativos a descaixas de pequena monta, contas bancárias que aglutinam os recursos disponíveis, numerários em trânsito e cheques em trânsito.

Os equivalentes de caixa estão representados pelas aplicações financeiras contratadas com a CEF e são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Caixa e Equivalentes de caixa	31/12/2013	31/12/2012
Caixas	46.881,22	33.779,16
Depósitos Bancários à Vista	922.774,72	101.216,63
Bancos Conta Vinculada a Contratos	21.027,82	21.027,82
Cheques Emitidos	-	-
Numerário em Transito	-	-
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	-	213.036,65
Títulos, Valores Imobiliários e Depósitos	1.389.862,17	1.349.169,43
TOTAIS	2.380.545,93	1.718.229,69

4.2. Prestações a receber

A conta registra as parcelas emitidas contra os mutuários, bem como a projeção para as amortizações a serem realizadas pelos mutuários nos próximos 12 meses, como também os acordos por parcelamentos incluem os encargos de juros e mora até a data da assinatura do contrato de parcelamento. Os saldos representam os valores a receber de mutuários, pelos contratos com compromisso de compra e venda das unidades pelo SFH, deduzidos da Provisão para Perdas com Recebimento. Estes saldos sofrem influência das particularidades do funcionamento do Sistema Habitacional, das excessivas modificações impostas pelo Governo Federal na política da Habitação Popular; e das decisões judiciais relativas a mutuários inadimplentes que requerem revisão dos seus valores mensais ou acumulados; bem como daqueles que faleceram, ou ainda dos que promovem repactuação de suas dívidas - inclusive de forma administrativa. Esta influência no valor contábil e teórico da Carteira de Valores a Receber de Mutuários; pode acarretar ajustes de exercícios anteriores, e por dependerem de eventos e decisões de ordem externa, não são passíveis de mensuração. Para as prestações vencidas, os encargos de mora são apropriados em contrapartida do resultado do exercício quando do efetivo recebimento, e as prestações vencidas há mais de dois anos são reclassificadas para o grupo do ativo não circulante.

PRESTAÇÕES A RECEBER	31/12/2013	31/12/2012
Prestações a Receber	207.320.250,31	209.190.645,78
Provisão Perdas com Recebimentos de Créditos	(25.034.766,38)	(25.034.766,38)
Total	182.285.483,93	184.155.879,40

4.3. Impostos a Recuperar

Trata-se de valores utilizados para compensação de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social através de PerDcomp. Representam saldos dos tributos recolhidos e não compensados.

IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2013	31/12/2012
Impostos a Recuperar	382.667,56	340.827,68
Total	382.667,56	340.827,68

4.4. Seguros represados – Indenizações de sinistros a receber

Valores a receber da Seguradora, pelas ocorrências de morte e invalidez de mutuários, dos saldos dos valores de sinistros ainda não quitados pela Seguradora por existir atraso da Cia no pagamento das contribuições mensais, os quais comporão um futuro encontro de contas após processo de depuração do



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

valor da dívida. Os créditos estão sendo depurados – Nota 3.6 – juntamente com os valores devidos pela Cia a título de contribuições mensais.

INDENIZAÇÕES RECEBER - SEGURADORA	31/12/2013	31/12/2012
Indenizações a Receber	63.091.323,78	59.248.461,11
Total	63.091.323,78	59.248.461,11

4.5. Outros Valores Realizáveis em Curto Prazo – Parte

Representam os saldos das contas transitórias operacionais e outras de pequenos valores.

OUTROS VALORES CURTO PRAZO	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos	61.200,77	51.511,22
Movimentação Seguro	7.695,56	7.681,36
Valores a Receber FGTS	19.164,67	25.122,63
Estoques	19.364,04	14.199,99
Despesas Antecipadas	16.352,31	25.500,57
Total	123.777,35	124.015,77

4.6. Adiantamentos a Construtoras

Adiantamento Processo Construtoras	31/12/2013	31/12/2012
Sancarlo Engenharia Ltda	2.965.000,00	2.285.000,00
Indenização Jaboticabal/SP	905.925,24	709.925,24
Total	3.870.925,24	2.994.925,24

4.6.1 Sancarlo Engenharia Ltda

Representam os saldos dos depósitos efetuados conforme acordo preliminar constante dos autos – Processo 1841/2006 - onde a construtora requereu o sobrestamento do feito muito embora tenha recebido decisão favorável da Justiça Estadual. A Cia depositou até 31.12.2013 o valor de R\$ 2.965.000,00, que permanecem enquanto perdurar o adiantamento de liquidação da sentença, uma vez que a Sancarlo aguarda a decisão do julgamento das demais ações das outras construtoras por julgar que poderá beneficiar-se de tais decisões. Vide Nota 4.20 que complementa o assunto.

4.6.2. Adiantamentos Diversos – Indenização Jaboticabal

Representam os saldos dos depósitos efetuados antecipadamente em virtude de discussão de cálculo de valores para definição e realização de acordo judicial – Processo 0897/99 - onde a Cia depositou até 31.12.2013 o valor de R\$ 905.925,24.

4.7. Convênio celebrado com a Construtora Jakef

Representam os valores a receber da Construtora Jakef, pela prestação de serviços de assessoria na montagem de pastas de interessados em conjuntos habitacionais em função de Convênio datado de 12.01.1994. Houve condenação contra a construtora em 18.03/2004 no valor de R\$ 661.582,02, acrescido de juros de mora, correção monetária, multa de 1%, indenização de 10% e honorários de



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

sucumbência, tendo havido Recurso por parte da ré, que foi negado em 18.08.2010, e decisão em apelação datada de 04.04.2011, diga a autora (Cia).

CONSTRUTORA JAKEF	31/12/2013	31/12/2012
Convenio Construtora Jakef	181.403,26	181.403,26
Total	181.403,26	181.403,26

4.8. Valores tributários a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social

Representam os valores recolhidos a título de imposto de renda e contribuição social que foram motivo de indeferimento de compensação pela Receita Federal e a Cia promoveu nova PerdComp e solicitou a restituição do valor.

IMPOSTOS A RECUPERAR EM FASE RECURSO	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	863.820,88	1.162.136,37
Total	863.820,88	1.162.136,37

4.9. Outros Valores Ativos a Realizar

Representam os valores recebidos de mutuários e ainda não aplicados na amortização pela falta de documentos e ou identificação; e os valores que foram bloqueados nas contas correntes.

OUTROS ATIVOS A REALIZAR	31/12/2013	31/12/2012
Auto de Penhora/Bloqueio Judicial	155.152,55	250.644,91
Prestações Amortizadas e Não Destinadas	225.132,17	130.091,68
Diversos	20.352,34	-
Total	380.284,72	380.736,59

4.10. Devedores por vendas compromissadas com recebimento de Longo Prazo

Representam os saldos a receber dos mutuários, vinculados aos contratos com compromisso de compra e venda das unidades habitacionais, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cuja amortização é feita em prazos de até 30 anos, resgatáveis em prestações mensais, atualizadas com base na variação da UPR (unidade padrão do real). Vide Nota 3.13.

DEVEDORES A RECEBER LONGO PRAZO	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por Vendas Compromissadas	139.457.735,98	147.294.892,39
Prestações a Receber	27.817.447,82	32.748.519,88
Total	167.275.183,80	180.043.412,27

4.11. Terrenos e Bens Imóveis disponíveis para Comercialização

As áreas compreendem glebas desapropriadas, retomadas, adquiridas ou recebidas em doação para futura urbanização. São registrados ao custo de aquisição ou valor simbólico nos casos de doações e acrescidos dos valores de benfeitorias efetuadas. Os valores dos terrenos foram corrigidos até 31 de dezembro de 1995, nos termos da legislação vigente à época. Conforme decisão da Cia os bens serão vendidos para aplicação na quitação dos empréstimos habitacionais, sendo por isto, transferidos para o Circulante no exercício de 2011, objeto de avaliações a preço de mercado.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

BENS IMÓVEIS	31/12/2013	31/12/2012
Bens Imóveis Disponíveis Comercialização	9.986.592,24	8.381.398,12
Terrenos	2.459,15	2.459,15
Total	9.989.051,39	8.383.857,27

4.12. FCVS A RECEBER

Trata dos saldos de descontos concedidos aos mutuários em cumprimento a legislação do FCVS em processos habilitados perante o FCVS e distribuídos nas diversas fases de análise por parte daquele órgão (homologados, em análise, em recurso para revisão das negativas de cobertura).

FCVS A RECEBER	31/12/2013	31/12/2012
Resol. CEF 1448/88 30% (FCVS)		-
FCVS a Receber - GCI	311.706.393,09	307.197.658,44
FCVS a Receber - CEF/GIFUG	154.086.963,34	143.493.377,03
(-) Provisão Processos c/Negativa Cobertura	(19.646.667,02)	(19.946.796,75)
Total	446.146.689,41	430.744.238,72

Outros Valores em Longo Prazo	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos Judiciais	321.228,80	168.349,86
Contratos/Acordos Firmados pela COHAB	7.556.741,49	7.553.351,49
Ações de Regresso	378.930,69	378.930,69
Ação Civil Publica - Vila Tecnológica	368.569,31	128.625,95
Ação Civil Publica - Quinta da Bela Vista	-	11.734,31
Total	8.625.470,29	8.240.992,30

4.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fiscais permitidas.

IMOBILIZADO	31/12/2013	31/12/2012
Maquinas, Aparelhos e Equip Construção	236,84	236,84
Móveis e Utensílios, Maquinas e Equip Escritório	559.902,08	559.219,20
Instalações de Escritório	106.401,02	106.401,02
Biblioteca e Materiais Correlatos	11.962,20	11.962,20
Veiculos	364.264,41	364.264,41
Computadores e Periféricos	920.948,99	904.345,86
Direitos de Uso	23.643,61	23.643,61
Edificações - Imóveis da Cia - Reavaliação	1.454.475,84	1.454.475,84
Terrenos - Imóveis da Cia - Reavaliação	7.946.266,14	7.946.266,14
Outros Imóveis da Cia	104.831,13	104.831,13
Aquisições de Software	180.832,78	179.378,28
(-) Depreciação Acumulada	(2.152.043,32)	(1.951.518,07)
TOTAIS	9.521.721,72	9.703.506,46



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

4.14. Fornecedores e Prestadores de Serviço

Tratam dos saldos de fornecedores de materiais e de serviço aplicados nas operações sociais.

FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores e Prestadores de Serviço	199.618,70	121.029,30
Total	199.618,70	121.029,30

4.15. Transações e saldos com parte relacionada

As transações da COHAB BAURU envolvendo a sua principal acionista, Prefeitura Municipal de BAURU. O valor de R\$ 4.561.423,03 é devido à Municipalidade local a título de IPTU, os quais são corrigidos mensalmente pela variação da IPCA.

TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS - PMB	31/12/2013	31/12/2012
ATIVAS		
Registro de Loteamento	27.909,43	27.856,91
IPTU a Recuperar	106.899,27	83.430,38
Convenio PMB Desfavelamento	247.506,57	247.040,52
Convenio 22/96 Projeto Vila Olimpia	27.878,85	27.826,37
Convenio PMB Mutirão Leão XI	98.258,90	98.073,89
PM Bauru - Licitação/Carta Convite	14.754,67	14.726,92
Total Transações Ativas	523.207,69	498.954,99
PASSIVAS		
Vale Compra	803.070,90	801.558,65
Combustíveis	138.874,77	138.613,28
IPTU em Atraso	4.561.423,03	4.088.699,37
Energização de Conjuntos Habitacionais	328.189,86	327.571,86
IPTU Compensados	88.390,66	131.926,44
Contribuição de Melhoria	-	1.169,52
Total Transações Passivas	5.919.949,22	5.489.539,12

4.16. Impostos e Obrigações Fiscais e Sociais

Tratam das obrigações normais operacionais.

IMPOSTOS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	31/12/2013	31/12/2012
Impostos, Contribuições e Consignações a Recolher	658.947,80	909.399,42
Obrigações Relativas a Empregados	932,65	2.648,02
Provisão Férias e Encargos	925.712,21	776.840,21
TOTAIS	1.585.592,66	1.688.887,65

4.17. Obrigações por Empréstimo – Parte do Curto Prazo

Trata da parcela dos empréstimos habitacionais vincenda no próximo exercício.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	31/12/2013	31/12/2012
Obrigações por Empréstimos	13.317.687,60	13.660.092,36
Total	13.317.687,60	13.660.092,36



4.18. Seguro Habitacional

Trata da dívida com o Seguro Habitacional em fase de depuração e renegociação. Vide nota 3.6.

SEGURO HABITACIONAL	31/12/2013	31/12/2012
Premios Seguros a Pagar	102.616.549,76	98.998.627,54
Total	102.616.549,76	98.998.627,54

4.19. Dívidas com o FCVS

Trata da dívida com o FCVS que será compensada com os valores que forem habilitados em futuro encontro de contas. Vide nota 3.15.

DÍVIDAS COM O FCVS	31/12/2013	31/12/2012
Fcvs Trimestral a Recolher	19.596.670,27	19.559.768,42
Fcvs Mensal a Recolher	13.860,27	23.579,27
TOTAIS	19.610.530,54	19.583.347,69

4.20. Outros Valores Passivos de Curto Prazo

Trata da taxa de apoio comunitário, bem como o registro do Acordo celebrado com a construtora Sancarolo Engenharia Ltda quando da paralisação da execução. Vide nota 4.6.

OUTROS VALORES A CURTO PRAZO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa Apoio Comunitário	347.114,59	368.239,79
Outros Exigíveis Curto Prazo	1.806,09	60,00
Acordo Judicial - Sancarolo Engenharia Ltda	2.965.000,00	2.285.000,00
TOTAIS	3.313.920,68	2.653.299,79

4.21. Dívidas Habitacionais do Passivo Não Circulante

4.21.1. O valor de R\$ 810.019.808,05 representa as obrigações de retorno do Sistema Habitacional e registra a parte de curto prazo dos valores dos empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e outras verbas congêneres, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente COHAB BAURU. Vide Notas 3.5, 3.5.

4.21.2. O valor de R\$ 7.029.010,81 representa a conta de valores devidos a título de Bônus (Decreto-Lei 2164/84), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, e efetivamente pagas - de 1º/10/1984 a 30/09/1985 - aos mutuários em dia com as obrigações contratuais. Os bônus foram emitidos pelos Agentes Financeiros e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, para resgate no prazo máximo de cinco anos a contar de Jan/86; em parcelas mensais com juros remuneratórios limitados a 7% ao ano; acrescidos de correção monetária trimestral de acordo com a variação da UPC. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado com o ônus da emissão dos bônus habitacionais pelos Agentes Financeiros, sem o devido lastro financeiro, o BNH com base no que estabelecia o subitem 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedeu adiantamentos aos Agentes, por conta do futuro resgate dos bônus utilizados. Os valores dos



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UPF mais juros.

EMPRÉSTIMOS HABITACIONAIS - RETORNO	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	810.019.808,05	773.449.976,90
Credores por Recursos Vinculados	7.029.010,81	6.574.384,72
TOTAIS	817.048.818,86	780.024.361,62

4.22. CONTINGÊNCIAS PROVISÕES E AÇÕES JUDICIAIS

Constituição de Provisões para Perdas com Ações Judiciais, em função da possibilidade de Perda, conforme julgamento do Departamento Jurídico da Cia através de relatórios.

Existem ações judiciais impetradas contra a Cia, em fase de andamento processual de primeira, e segunda instâncias, cíveis e tributários nos foros: Federal e Estadual, das quais a Administração constituiu provisão contábil, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitos às incertezas circunstanciais e processuais.

PROVISÕES LEGAIS	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Contencioso Trabalhista	228.283,65	350.221,98
Provisão Perdas Ações Mutuários Contra COHAB	7.623.994,27	5.347.681,70
Provisão Perdas Ações Fiscais contra COHAB	2.015.576,11	3.548.520,35
Provisão para Perdas Ações Construtoras - Diversas	4.160.543,34	4.150.543,34
Provisão para Perdas com Ações Federais - Diversas	4.861.403,51	7.278.610,16
Provisão para Perdas Ações Cíveis Publicas - Diversas	3.149.598,15	3.954.098,15
TOTAIS	22.039.399,03	24.629.675,68

Permanecem os efeitos em relação aos mutuários pertencentes ao Conjunto Habitacional de Bebedouro - Residencial Franciscano que promoveram Ação Civil Pública na Procuradoria Judicial de Bebedouro, contra a Cia, que então efetuou – 30/06/2008 - um procedimento global de evolução do saldo devedor retroativo de todos os contratos daquele conjunto; onde os novos valores apurados como saldos residuais e de parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, gerando redução na carteira de recebimentos, em 2008, de R\$ 5.439.954,26.

Quanto as ações promovidas por construtoras por contrato de empreitada global de seus conjuntos habitacionais que reclamam – na Justiça Federal - diferenças advindas do atraso no desembolso e quitação das parcelas contratuais na época de grande mutação inflacionária, a Cia chamou, por solidariedade, a CEF à lide pelo motivo de que tais atrasos ocorreram por atraso por parte da CEF no cumprimento do cronograma financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendem de decisão do Tribunal, o que ocasiona incerteza quanto à decisão e valoração. O assunto está sendo objeto de negociação com as construtoras e a CEF; inclusive quanto à decisão da Justiça Estadual, e um dos casos está com o andamento sobrestado a pedido da autora. Vide Notas 4.6, e 4.20.

4.23. Outras Dívidas Fiscais

IRPJ e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL INCIDENTE SOBRE REAVALIAÇÃO

Saldo de tributos incidentes sobre reavaliação que estão sendo realizados a cada exercício.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

OUTRAS DIVIDAS FISCAIS	31/12/2013	31/12/2012
Imposto Renda e Contribuição Social Reav Diferidos	264.921,13	280.759,57
TOTAIS	264.921,13	280.759,57

4.24. Outros Valores Exigíveis de Longo Prazo

Trata de cauções de conjuntos habitacionais retidos sobre os valores pagos no faturamento para as Construtoras Schaim Cury, Cojan Engenharia Ltda e Almeida Marin em relação a conjuntos habitacionais BAURU XVIII e XVII, as quais entregaram as obras entre os anos de 1988 e 1990, mas tiveram valores retidos pela instauração de Ação Civil Pública em 3/out/1995 – Processo 1786/95 - por parte dos mutuários, contra as construtoras, em função de problemas nas construções, não sanados pelas construtoras, o qual permanece em fase de recurso no TRF3.

OUTROS VALORES LONGO PRAZO	31/12/2013	31/12/2012
Outros Valores Exigíveis Longo Prazo	1.796.009,16	1.689.279,51
Total	1.796.009,16	1.689.279,51

4.25. Resultados de Exercícios Futuros

Trata de Juros Contratuais de conjuntos habitacionais no valor de R\$ 493.213,78, e de Receitas Futuras a receber da EMDURB MARÍLIA, a qual foi condenada em Ação de Desapropriação, pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47.

RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Diferidas	1.566.792,25	1.472.967,23
Total	1.566.792,25	1.472.967,23

4.26. Patrimônio Líquido

4.26.1. Capital social

O Capital atual da Companhia é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e Integralizado é representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Bauru.

PASSIVO A DESCOBERTO	31/12/2013	31/12/2012
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva para Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação de Edificações	827.174,25	876.581,37
Reserva de Reavaliação de Terrenos	7.031.808,34	7.130.553,70
(-) Impostos s/ Reavaliações	(264.921,13)	(280.759,57)
Total das Reservas de Reavaliação	7.594.061,46	7.726.375,50
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	(75.604.575,61)	(69.263.880,96)
Do Exercício Corrente	(31.352.142,50)	(6.473.008,69)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Total dos Prejuízos Acumulados	(106.956.718,11)	(75.736.889,65)
Total do Passivo a Descoberto	(94.776.963,62)	(63.424.821,12)



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

4.26.2. Passivo a Descoberto

A composição do Patrimônio Líquido da Cia em 31.12.2013 apresentou saldo do Passivo a Descoberto onde a variação ocorrida refere-se, principalmente, à apropriação dos Juros de Mora devidos à CAIXA conhecidos como Taxa de Impontualidade pelo atraso no resgate (Retorno) dos Empréstimos Habitacionais decursados, os quais estão em fase de renegociação. Houveram casos de negociação entre a CAIXA e outros agentes onde a CAIXA concedeu dispensa isentando de parte da Taxa de Impontualidade, e a Cia está discutindo esta possibilidade – já arguida nas atuais negociações, mantendo ainda, de forma conservadora o registro das verbas pontuais.

4.27. Cobertura de Seguros

A Cia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

4.28. Receitas do Exercício

A Companhia viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal decidiu congelar o valor da TR, que é o indexador dos contratos imobiliários, o que provocou uma redução nominal na receita do exercício de R\$ 29.054.098,60, nas suas Receitas de Variação Monetária:

Receita de Atividades Operacionais	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras	12.324.965,56	12.347.959,79
Receitas de Comercialização	124.020,00	859.500,95
Receitas na Gestão de Créditos	1.224.185,82	911.204,28
Variações Monetárias Ativas	28.176.821,13	57.230.919,73
Reversão de Provisões	2.590.276,65	12.611.403,62
Total das Receitas	44.440.269,16	83.960.988,37

4.29. Despesas de Atividades Operacionais

As Despesas de Atividades Operacionais foram sobrecarregadas no exercício em função da Taxa de Impontualidade dos contratos decursados em fase de renegociação, porém as despesas próprias da operação na Gestão de Créditos registrou pequena redução em relação ao ano anterior:

DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2013	31/12/2012
Despesas Financeiras	63.196.402,97	64.767.824,65
Despesas de Comercialização	66.741,14	545.340,38
Despesas na Gestão de Crédito	769.725,71	783.504,95
Variações Monetárias Passivas	1.561.573,43	2.491.446,77
Total	65.594.443,25	68.588.116,75

4.30. Despesas Administrativas do Exercício

Custo administrativo no exercício:



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de Pessoal	5.353.850,71	4.545.213,67
Despesas com Encargos Sociais	1.469.111,53	1.455.737,81
Despesas com Serviços de Terceiros	1.285.298,00	1.286.023,85
Despesas com Materiais	79.400,31	63.226,54
Despesas com Encargos Diversos	1.002.843,18	677.099,80
Despesas com Prov. Perdas com Ações Judiciais	-	17.110.488,44
Total Despesas Administrativas	9.190.503,73	25.137.790,11

4.31. Resultado Líquido do Exercício Ajustado

O Resultado Líquido do Exercício Ajustado pela exclusão da Taxa de Impontualidade apresenta um prejuízo na ordem de R\$ 1.411.144,26, o qual deve ser lido em conjunto com a NE 4.28.

RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	31/12/2013	31/12/2012
Resultado Líquido	(31.352.142,50)	(6.473.008,69)
Taxa de Impontualidade	29.940.998,24	25.817.312,49
Total	(1.411.144,26)	19.344.303,80

5. OUTRAS DIVULGAÇÕES

5.1. Prejuízos fiscais

De acordo com a legislação fiscal atual, a Cia possui prejuízos fiscais para compensação futura, posicionados em 31/12/2013, com o imposto de renda pessoa jurídica, no valor de R\$ 127.686.379,98, e a Base Negativa da CSL no valor de R\$ 128.238.096,94.

5.2. Sistema Gerenciador de Créditos – GCI

O Sistema “Gerenciador de Créditos Imobiliários – GCI” depende ainda de ajustes em seus programas e relatórios que se encontram em adequação à sistemática operacional da Cia.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Senhor Prefeito do Município de Bauru, devidamente autorizado pela Câmara Municipal através do Autógrafo 6.603 de 25 de fevereiro de 2014, sancionou e promulgou, em 27 de fevereiro de 2014, a Lei Municipal 6.491 que autoriza o Executivo Municipal a (a) adquirir títulos CVS de titularidade do FGTS mediante financiamento, para utilização em pagamento de dívidas da COHAB-BAURU oriundas de operações de empréstimos habitacionais contraídos na qualidade de agente financeiro do Sistema Financeiro da Habitação, bem como (b) garantir operação de financiamento entre a COHAB-BAURU e a CAIXA para aquisição de títulos CVS de titularidade do FGTS, destinados à liquidação de operações de empréstimos habitacionais vencidos e vincendos junto a CAIXA e a operação de parcelamento entre a COHAB-BAURU e CAIXA referente aos débitos com o seguro habitacional.

O Projeto de Lei n. 164/13 que originou a Lei 6.603/14 fixou os limites máximos de R\$ 372.583.361,44 para o item “a” supra, e de R\$ 259.587.272,78 para o item “b” supra, sendo que por ocasião da



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

elaboração das presentes Notas Explicativas a operação está em fase de montagem do Processo de análise que será enviado pela Municipalidade, ao Tesouro Nacional, órgão responsável pelo enquadramento da operação junto ao Governo Federal, e diante disto, ficam paralisados todos os procedimentos de cobrança, por parte da CAIXA contra a COHAB-BAURU.

O procedimento legislativo municipal teve início com o envio, por parte do Executivo Municipal, do Projeto de Lei 164/13 à Câmara Municipal, devidamente acompanhado de farta exposição de motivos demonstrando a base legal que fundamentou o pleito, justificando que o alto vulto dos saldos devedores remanescentes dos empreendimentos implantados pela COHAB-BAURU no desenrolar das suas operações sociais, e a ocorrência do término de prazo contratual, tornou-se impossível a sua quitação à vista.

A par de tais negociações, revela-se também as negociações do Seguro Social que possui montante em atraso para ser parcelado, e em adiantada fase de negociação e acordo ainda não assinados, dentro do montante de R\$ 136.129.961,76, do qual a COHAB-BAURU tem, periodicamente, promovido amortizações parciais, sendo que no final do processo será promovido encontro de contas onde a COHAB-BAURU será beneficiada com a liberação dos Seguros Represados, que reduzirá o montante citado neste parágrafo, além do que a COHAB-BAURU está procedendo a processo de “batimento dos seguros”, utilizando as mesmas regras de evolução de contratos em vigor em relação ao FCVS, objetivando a depuração dos saldos devedores, onde os trabalhos em andamento acenam com substancial redução da dívida em função da aplicação de extensa variedade de índices durante toda a vida contratual desde o primeiro conjunto habitacional implantado, e as sucessivas variações no status dos mutuários beneficiados anteriormente pelas coberturas contratuais.

A operação em curso segue os ditames da Resolução 716 do Conselho Curador o FCVS e objetiva o elasticamento do prazo de pagamento da dívida, com consequência na redução do valor do encargo mensal do retorno, a eliminação da taxa de impontualidade, a extinção das ações já impetradas pela CAIXA contra a COHAB-BAURU e evitar que a Municipalidade local venha ser onerada, na qualidade de controladora majoritária, com os valores em inadimplência e os vincendos, diante da impossibilidade da COHAB-BAURU honrar seus compromissos.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Cohab – Companhia de Habitação Popular de Bauru, relativos ao Exercício de 2013, nos termos estabelecidos pela legislação pertinente.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		
ATIVO	EM 31/12/13 R\$	EM 31/12/12 R\$
CIRCULANTE		
Caixa.....	46.881,22	33.779,18
Depósitos Bancários à Vista.....	943.802,54	122.244,45
Cheques Emitidos.....	0,00	0,00
Disponibilidade em Trânsito.....	0,00	0,00
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto.....	0,00	213.036,65
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos.....	1.389.862,17	1.349.169,43
Adiantamentos.....	3.932.126,01	3.046.436,46
Movimentação de Seguro - SFH.....	7.695,56	7.681,36
Prestações à Receber.....	182.285.483,93	184.155.879,40
Valores a Receber do FGTS.....	19.164,67	25.122,63
Indenizações à Receber da Seguradora.....	63.091.323,78	59.248.461,11
Impostos e Contribuições a Recuperar.....	362.667,56	340.827,68
Estoques.....	19.364,04	14.199,99
Valores Devedores Transitórios.....	0,00	0,00
Despesas Antecipadas.....	16.352,31	25.500,57
Outros Valores Realizáveis à Curto Prazo.....	1.445.861,20	1.750.352,63
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE.....	253.580.584,99	250.332.691,52
NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO		
Devedores Por Vendas Compromissadas.....	139.457.735,98	147.294.892,39
Bens Imóveis Disponíveis para Comercialização.....	9.986.592,24	8.381.398,12
Projetos em Fase de Desenvolvimento.....	0,00	0,00
Terrenos.....	2.459,15	2.459,15
Títulos, Valores Mobiliários e Depósitos.....	0,00	0,00
Prestações à Receber.....	27.817.447,82	32.748.519,88
Outros Valores Realizáveis à Longo Prazo.....	455.295.367,39	439.484.186,01
TOTAL DO REALIZÁVEL À LONGO PRAZO.....	632.559.602,58	627.911.455,55
INVESTIMENTOS		
Participação em Outras Empresas.....	994,64	994,64
Participação por Incentivos Fiscais.....	3.881,05	3.881,05
TOTAL DOS INVESTIMENTOS.....	4.875,69	4.875,69
IMOBILIZADO		
TÂNGIVEIS		
Máquinas, Aparelhos e Equip.Constr.....	236,84	236,84
Móveis, Utensílios, Maquinas e Equip.Escritório.....	559.902,08	559.219,20
Instalações de Escritório.....	106.401,02	106.401,02
Biblioteca e Materiais Correlatos.....	11.962,20	11.962,20
Veículos.....	364.264,41	364.264,41
Computadores e Periféricos.....	920.948,99	904.345,86
Edificações - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	1.454.475,84	1.454.475,84
Terrenos - Imóveis da Cia. - Reavaliado.....	7.946.266,14	7.946.266,14
Outros Imóveis da Cia.....	104.831,13	104.831,13
Menos: Depreciações Acumuladas.....	(1.994.714,62)	(1.799.613,31)
TOTAL DOS IMOBILIZADOS TÂNGIVEIS.....	9.474.674,03	9.652.389,33
INTÂNGIVEIS		
Direito de Uso.....	23.643,61	23.643,61
Aquisição de Softwares.....	180.832,78	179.378,28
Menos: Amortizações Acumuladas.....	(157.328,70)	(151.904,76)
TOTAL DOS IMOBILIZADOS INTÂNGIVEIS.....	47.147,69	51.117,13
TOTAL DO IMOBILIZADO.....	9.521.721,72	9.703.506,46
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	642.086.199,99	637.619.837,70
TOTAL DO ATIVO.....	895.666.784,98	887.952.529,22



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		
PASSIVO	EM 31/12/13 R\$	EM 31/12/12 R\$
CIRCULANTE		
Fornecedores e Prestadores de Serviços.....	6.217.274,54	5.728.309,54
Impostos, Contribuições e Consignações à Recolher.....	658.947,80	909.399,42
Obrigações Relativas a Empregados	932,65	2.648,02
Provisões	925.712,21	776.840,21
Obrigações por Empréstimos	13.317.687,60	13.660.092,36
Recebimentos p/Amortização de Dívidas.....	62.354,99	36.704,46
Receb. p/Cta. de Sinistro, L. Antecip. e Amort. Extraordinária.....	0,00	0,00
Prêmios de Seguros à Pagar.....	102.616.549,76	98.998.627,54
Valores à Transferir ao Mutuário.....	958.375,19	931.037,70
Créditos à Repassar.....	0,00	0,00
FCVS à Recolher	19.610.530,54	19.583.347,69
Valores Credores Transitórios	0,00	0,00
Parcelamento de Débitos	0,00	0,00
Outros Valores Exigíveis à Curto Prazo.....	3.313.920,68	2.653.299,79
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE.....	147.682.285,96	143.280.306,73
NÃO CIRCULANTE		
PASSIVO EXIGÍVEL À LONGO PRAZO		
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	809.994.806,31	773.449.976,90
Credores por Recursos Vinculados.....	7.029.010,81	6.574.384,72
Provisão para Contencioso Trabalhista.....	228.283,65	350.221,98
Provisão para Perdas c/Ações Judiciais/Contratos/Acordos	0,00	0,00
Provisão para Perdas c/Ações Mutuários contra a Cohab	7.623.994,27	5.347.681,70
Provisão para Perdas c/Ações Fiscais contra a Cohab.....	2.015.576,11	3.548.520,35
Provisão para Perdas c/Ações Construtoras contra a Cohab.....	4.160.543,34	4.150.543,34
Provisão para Perdas c/Ações Federais contra a Cohab.....	4.861.403,51	7.278.610,16
Provisão para Perdas c/Ações Cíveis Públicas contra a Cohab.....	3.149.598,15	3.954.098,15
Provisão para IR e CS Diferidos	264.921,13	280.759,57
Outros Valores Exigíveis à Longo Prazo	1.796.009,16	1.689.279,51
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	841.124.146,44	806.624.076,38
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		
Receitas Diferidas	1.566.792,25	1.472.967,23
TOTAL DOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	1.566.792,25	1.472.967,23
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	842.690.938,69	808.097.043,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		
Capital Social		
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00
Reservas de Capital		
Reserva p/Participação em Incentivos Fiscais	16.591,74	16.591,74
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reserva de Reavaliação - Edificações	827.174,25	876.581,37
Reserva de Reavaliação - Terrenos	7.031.808,34	7.130.553,70
(-) Impostos sobre Reavaliação de Bens	(264.921,13)	(280.759,57)
TOTAL DE AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	7.594.061,46	7.726.375,50
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	69.101,29	69.101,29
Prejuízos Acumulados		
De Exercícios Anteriores	(75.604.575,61)	(69.263.880,96)
Do Exercício	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	-
TOTAL DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(106.886.194,16)	(75.736.889,65)
TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(94.706.439,67)	(63.424.821,12)
TOTAL DO PASSIVO	895.666.784,98	887.952.529,22



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EM 31/12/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	EM R\$ EM 31/12/13	EM R\$ EM 31/12/12
RECEITAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receitas Financeiras.....	12.324.965,56	12.347.959,79
Receitas de Produção.....	0,00	0,00
Receitas de Comercialização.....	124.020,00	859.500,95
Receitas de Desenvolvimento Comunitário.....	0,00	0,00
Receitas na Gestão de Créditos.....	1.224.185,82	911.204,28
Variações Monetárias Ativas.....	28.176.821,13	57.230.919,73
Reversão de Provisões.....	2.590.276,65	12.611.403,62
SOMA.....	44.440.269,16	83.960.988,37
DESPESAS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas Financeiras.....	(63.177.819,58)	(64.767.824,65)
Despesas de Produção.....	-	-
Despesas de Comercialização.....	(66.741,14)	(545.340,38)
Despesas de Desenvolvimento Comunitário.....	-	-
Despesas na Gestão de Crédito.....	(769.725,71)	(783.504,95)
Variações Monetárias Passivas.....	(1.555.155,08)	(2.491.446,77)
SOMA.....	(65.569.441,51)	(68.588.116,75)
LUCRO BRUTO.....	(21.129.172,35)	15.372.871,62
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Despesas de Pessoal.....	(5.353.850,71)	(4.545.213,67)
Despesas com Encargos Sociais.....	(1.469.111,53)	(1.455.737,81)
Despesas com Serviços de Terceiros.....	(1.285.298,00)	(1.286.023,85)
Despesas com Materiais.....	(79.400,31)	(63.226,54)
Despesas com Encargos Diversos.....	(1.002.843,18)	(17.787.588,24)
SOMA.....	(9.190.503,73)	(25.137.790,11)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	(199.196,27)	(255.796,98)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO.....	(30.518.872,35)	(10.020.715,47)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS.....	73.814,90	4.349.584,60
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS.....	(836.561,10)	(801.877,82)
DIFERENÇA.....	-762.746,20	3.547.706,78
LUCRO DO PERÍODO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
(-) Contribuição Social Sobre o Lucro.....	0,00	0,00
LUCRO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA.....	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
(-) Provisão para o Imposto de Renda.....	0,00	0,00
(-) Provisões Estatutárias.....	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)



DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2013

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Método Indireto		
Histórico	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de Caixa da Atividade Operacional		
Lucro Líquido	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
(+) Ajuste de Exercício Anterior	0,00	-
(+) Depreciações	217.440,19	228.290,80
(+) Resultado Baixa de Ativo Imobilizado	3.613,50	(4.263.938,24)
(=) Lucro Ajustado	(31.060.564,86)	(10.508.656,13)
Variação dos Valores a Receber	(2.547.721,56)	(12.608.754,95)
Variação dos Impostos a Recuperar	(41.839,88)	(66.537,13)
Variação dos Estoques	(5.164,05)	(2.374,83)
Variação das Despesas Antecipadas	9.148,26	(3.777,17)
Variação do Realizável a Longo Prazo	(4.648.147,03)	(21.275.820,86)
Variação dos Exigíveis de Curto Prazo	4.253.107,23	8.541.840,80
Variação das Provisões de Curto Prazo	148.872,00	118.516,10
Variação das Obrigações de Longo Prazo	37.090.346,71	23.950.229,51
Variações das Provisões de Longo Prazo	(2.590.276,65)	4.499.084,82
Variação dos Resultados Exercícios Futuros	93.825,02	135.852,91
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	701.585,19	(7.220.396,93)
Fluxos de Caixa da Atividade de Investimentos		
(-) Aquisição de Imobilizado	(40.468,95)	(230.409,00)
Venda de Ativo Imobilizado	1.200,00	5.375.882,60
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(39.268,95)	5.145.473,60
Fluxos de Caixa da Atividade de Financiamento		
Caixa líquido utilizado nas atividades de Financiamento	-	-
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes	662.316,24	(2.074.923,33)
Caixa Inicial Período	1.697.201,87	3.772.125,20
Caixa Final Período	2.359.518,11	1.697.201,87



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222

CEP 17011-105 – Bauru - SP

DEMONSTRAÇÃO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2013

Geração e distribuição de riqueza e renda Distribuição por partes interessadas		
Demonstração do Valor Adicionado – DVA	31/12/2013	31/12/2012
1. RECEITAS		
1.1 Intermediação Financeira	41.849.992,51	71.349.584,75
1.2 Prestação de Serviços	-	-
1.3 Provisão p/deved duvidosos – Reversão/(constituição)	2.590.276,65	12.611.403,62
1.4 Não Operacionais	(762.746,20)	3.547.706,78
Totais	43.677.522,96	87.508.695,15
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.569.441,51	68.588.116,75
3. INSUMOS ADQUIRIDOS		
3.1 Materiais, energia e outros	872.426,24	17.645.542,27
3.2 Serviços de Terceiros	1.285.298,00	1.286.023,85
3.3 Perda/recuperação de Valores Ativos	0,00	0,00
Totais	2.157.724,24	18.931.566,12
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(24.049.642,79)	(10.987,72)
5. RETENÇÕES		
5.1 Depreciação, amortização e exaustão	209.817,25	205.272,51
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(24.259.460,04)	(216.260,23)
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1 Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	(24.259.460,04)	(216.260,23)
9 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
9.1 Pessoal e encargos	6.822.962,24	6.000.951,48
9.2 Impostos, taxas e contribuições	199.196,27	255.796,98
9.3 Aluguéis	0,00	0,00
9.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	0,00	0,00
9.5 Lucros retidos	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
9.6 Contribuição Social sobre Lucro	0,00	0,00
9.7 Imposto de Renda sobre Lucro	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO LUCROS / PREJUÍZO ACUMULADOS EM 31/12/2013

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU C.N.P.J. (MF) 45.010.071/0001-03		
Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados	31/12/2013	31/12/2012
Descrição	R\$	R\$
Saldo de Prejuízo	(75.736.889,65)	(70.463.037,71)
Mais: Realização Aj.Patrimonial	132.314,04	1.199.156,75
Mais: Lucro Líquido	(31.281.618,55)	(6.473.008,69)
Mais: Ajuste de exercícios anteriores	-	-
SALDO ANTES DA DESTINAÇÃO.....	(106.886.194,16)	(75.736.889,65)
(-) Destinação para Reserva Legal	0,00	0,00
(-) Distribuição no período	0,00	0,00
(-) Capitalização parcial do Lucro	0,00	0,00
(-) Destinação para Reserva de Lucros Retidos	0,00	0,00
SALDO DO PREJUÍZO ACUMULADO	(106.886.194,16)	(75.736.889,65)



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. **DIRETORES E ACIONISTAS** da
COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru
Bauru (SP).

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da **COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício anterior foram por nós revisadas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião:

1. Os saldos das contas que envolvem o **Seguro Habitacional** (NE 3.6, 4.4, e 4.18): **Prêmios de Seguro a Pagar**, que monta em 31.12.2013 a importância de R\$ 102.616.549,76, e **Indenizações a Receber da Seguradora** - valores que a Seguradora deve à Cia pelas indenizações repesadas que monta em 31.12.2013 a importância de R\$ 63.091.323,78 apresentam inconsistências em função da adoção de índices evolutivos e a existência de datas e valores inconsistentes que influenciam os saldos em valores não mensuráveis. A Cia continua promovendo rotinas de reevolução e batimento dos saldos dos processos de seguro pendentes para em seguida promover o encontro de saldos entre os valores ativos e passivos e a repactuação do eventual saldo passivo, e tem promovido amortizações parciais. Não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a Seguradora não respondeu a circularização até a data do presente relatório e o formato reevolutivo o batimento ainda está em fase de normatização pela CAIXA e Seguradora.

2. Os saldos das contas do **FCVS** – ativos e passivos - continuam dentro dos procedimentos normais de revisão e homologação de cobertura do FCVS, bem como da interposição de recursos pela Cia, onde a CEF emite relatórios nos quais desconta e ajusta os débitos antigos, gerando alteração automática nos saldos de estoques do FCVS que são ajustados pela Cia ao proceder aos registros mensais por totalizações. Os valores são documentados através dos relatórios analíticos emitidos pela CEF em valores que não são passíveis de mensuração futura por sofrerem alterações mensais nas rotinas de revisão da CAIXA. A Cia continua com as rotinas de revisão desses processos, em relação à cobertura, descontos concedidos, e ressarcimento, visando à eliminação de inconformidades relativas aos antigos procedimentos nos processos de concessão de descontos na transferência por sub-rogação. As diferenças são apontadas mensalmente pela CEF, e em seguida conferidas pela Cia, que de imediato promove os ajustes ou recursos necessários. As importâncias, por dependerem de informação externa, e de providências futuras e critérios aplicados pela CEF, bem como da falta de resposta à circularização, não são passíveis de mensuração. (NE 3.14, 3.15, 4.12, 4.19). A Cia possuía registrado em suas Demonstrações Financeiras, em 31.12.2013, amparadas por relatório analítico interno, e informações periódicas que fornecidas pela CAIXA, um saldo a receber do FCVS de R\$ 446.146.689,41, e uma dívida de contribuições trimestrais que será motivo de encontro de contas quando a novação dos créditos, de R\$ 19.596.670,27, porém não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a CAIXA não respondeu a circularização destas contas até a data do presente relatório.

3. Persiste sem definição jurídica o inquérito (NE 4.22) instaurado a pedido de mutuários na Proc. Judicial de Bebedouro que provocou em 30.06.08 um procedimento de evolução do saldo devedor retroativo dos contratos pertencentes ao Conj. Habit. Residencial Franciscano, onde os novos valores apurados de saldos residuais e parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, reduzindo a carteira de recebimentos (no exercício 2008) em R\$ 5.439.954,26.

4. A Cia, considerando negociações e ter arguido, judicialmente, a responsabilidade solidária da CEF, onde conseguiu algumas decisões a seu favor, realizou provisão de R\$ 4.160.543,34 para



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU

Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

perdas com ações judiciais de processos do chamado grupo das construtoras, pendente de decisão do Tribunal (NE 4.22) adotando de forma conservadora os valores das iniciais processuais pelo motivo de ser impossível de mensuração, por não conhecer a decisão no mérito e no aspecto financeiro que deverá passar, por ocasião das liquidações de sentença, por perícia judicial contábil.

5. A Cia avaliou o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente – AVP (contas de Devedores por Vendas Compromissadas e dos Financiamentos Imobiliários em fase de retorno à CEF), representativos dos saldos das Carteiras Habitacionais com vencimentos a partir de 360 dias, e julgaram a norma não ser aplicável. As carteiras constam da exceção da CPC 12 (NE 3.13).

6. O procedimento de circularização dos saldos externos foram realizados em uma só etapa e os resultados coletados foram incipientes, impedindo a confirmação de saldos externa, o que nos obrigou a aumentar o rigor no exame documental dos fornecedores, porém nossas verificações dos documentos relativos aos Fornecedores, aliados ao sistema de controle interno, nos permitiram opinar com razoável segurança sobre tais saldos: Fornecedores, e os saldos bancários estão alicerçados em extratos emitidos pelas instituições bancárias.

7. O Sistema “Gerenciador de Créditos Imobiliários – GCI” conhecido como “GCI-Gráfico” encontra-se em fase final dos procedimentos de consistência na base de dados, mas ainda existem programas e relatórios em adequação à sistemática operacional da Cia.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, exceto em relação aos pontos e ajustes 1 a 7 supra que afirmamos nossa opinião, a posição patrimonial e financeira da **COHAB Cia. de Habitação Popular de Bauru** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Lins (SP), 11 de abril de 2014.

WRM Auditoria e Consultoria Ltda.

CRC (SP) sob nº 2SP017965/0-0 – IBRACON 033.

Walmir da Rocha Melges

Sócio Administrador – RG 5.656.096 – CPF (MF) 363.044.508-00

Sócio encarregado pelo trabalho (Técnico responsável):

Walmir da Rocha Melges

Contador - CRC 1SP072333/0-6 – IBRACON 0430.



COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE BAURU
Av. Nações Unidas, n.º 30-31 – Fone (14) 3235 - 9222
CEP 17011-105 – Bauru - SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação Popular de Bauru, COHAB-BAURU, abaixo assinados, tendo examinado o BALANÇO PATRIMONIAL e a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, levantados com base nas NBC's e Princípios Fundamentais de Contabilidade; e com base no RELATÓRIO dos AUDITORES INDEPENDENTES, consideramos regular a prestação de contas do exercício adotando a opinião expressa no capítulo OPINIÃO das conclusões do relatório dos Auditores Independentes. Assim, adotando os assuntos já apontados nas NOTAS EXPLICATIVAS e no citado RELATÓRIO, sugerimos a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas. Bauru (SP), 15 de abril de 2014.

GILBERTO AP. PAISAN
Presidente

ARTHUR LUZIANO C. BARROS
Membro

EDUARDO ABRANTES VALERIO
Membro

154 – São Paulo, 124 (73)

Diário Oficial Empresarial

quinta-feira, 17 de abril de 2014

Capela S.A. Comércio e Participações

CNPJ: 06.278.052/0001-04
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Estão convocados os Srs. acionistas para a AGO, na sede social da empresa, na Rua Maria Silveira, 49 em São Paulo-SP, no dia 24/04/2014, às 10:00hrs, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da diretoria, Balanço Geral de 31/12/2013 e demais Demonstrações Financeiras; e b) Assuntos Gerais de interesse da sociedade. Aham-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2013.
São Paulo, 11/04/2014. Dinis Dias - Dir. Presidente

Dias Pastorinho S.A. Comércio e Indústria

CNPJ: 01.102.795/0001-71
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Estão convocados os Srs. Acionistas para a AGO, na sede social da empresa, na Av. Gal. Ataliba Leme, 1691, em São Paulo-SP, no dia 24/04/2014, às 14:00hrs, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da diretoria, Balanço Geral de 31/12/2013, e demais Demonstrações Financeiras e b) Assuntos Gerais de interesse da sociedade. Aham-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2013.
São Paulo, 11/04/2014. Dinis Dias - Dir. Presidente

AKM-EMPRESAMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

CNPJ Nº 61.531.794/0001-04
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas da AKM. Empreendimentos Imobiliários S/A, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:00 horas do dia 30 de abril de 2014, em sua sede social, nesta Capital, na Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Conjunto 1910, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) - Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2013; b) - destinação do resultado do exercício de 2013. São Paulo, 14 do abril de 2014. Antônio Kassabian - Diretor Presidente. (15, 16 e 17)

Branco Peres Açúcar e Alcool S/A

CNPJ 43.675.832/0001-01
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas para a AGO, na sede social, na Av. da Consolação, 3741, nº A, C.J.81, 8.02, Jd. Amélie, SP/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: - Ordinária: a) Exame e discussão do Relatório dos Administradores e Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2013; b) Destinação do Resultado do Exercício; Encerramento a disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2013. - Extraordinária: a) Outros assuntos de interesse social. SP/SP, 14/04/2014. João Paulo Branco Peres; Márcio Cristiano Vidoto de Oliveira - Diretores.

SPE Pedra Preta Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.342/0001-03
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária
Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em 19/04/2014, às 10h, na sede social, na Av. Dr. Cardoso do Melo, 1.184, nº andar, sala Y, na cidade de São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Prestação de contas dos administradores, exames, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; e (II) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, bem como a distribuição de dividendos. São Paulo, 15 de abril de 2014. André Dor - Diretor Presidente.

PRUDENCO - Companhia Prudentina de Desenvolvimento

CNPJ 48.812.548/0001-99
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os Acionistas a se reunirem em AGO no dia 30/04/2014, às 18:30 hrs, na sede desta companhia à Rua Dr. José Fag, 126, Pres. Prudente/SP para a seguinte ordem do dia: a) análise e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras de 2013; b) Outros assuntos. Pres. Prudente, 14/04/2014. Malesu Martins Godoi - Dir. Presidente.

Conselho Federal Parlamentar

CNPJ 07.258.710/0001-63
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Consoante determina os Estatutos Sociais, convocamos os membros fundadores e efetivos, aptos a votar, para Assembleia Geral Extraordinária, com o fim de aprovação de alterações no Estatuto Social e eleições da diretoria executiva e do conselho fiscal, para o dia 05 de Maio de 2014 às 14:00 hrs em primeira chamada e às 15:00 hrs em segunda chamada com qualquer número de votantes, sito à Rua Arcação Barham, 450, em Tremembé/SP. Ass. Alberto Theu Junior - Diretor Presidente.

Companhia de Habitação Popular de Bauru

CNPJ (ME) 46.010.071/0001-03
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Acionistas para a AGO, que se realizará, na Av. Nações Unidas, 30-31, na sede, Bauru/SP, no dia 30/04/14, às 16hs. Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer do Cons. Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal. AGE: a) Outros assuntos sociais. Encontram a disposição dos acionistas na sede social, os docs. ref. art. 133 da Lei 6.404/76 (consolidada da Lei 11.636 e MP 440/08). Bauru, 13/04/2014. Artur Guedes Neto - Pres. Cons. de Adm. (17, 18 e 19)

Berkau S/A Empreendimentos e Participações

CNPJ 14.171.559/0001-30 - NIRE: 35.300.175.063
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Convocamos os Srs. Acionistas da companhia em AGE a realizar-se no dia 20/05/2014, às 10h, à Rua Conde Moreira Lima, 464, Jardim Itaquera, São Paulo/SP para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Extraordinária: a) Aprovação das demonstrações financeiras pertinentes ao exercício findo em 31/12/2013; b) O que ocorrer. Consoante as normas da Lei 6.404/76, está à disposição dos acionistas os documentos que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, para todos os fins legais. São Paulo, 11 de abril de 2014. A Diretoria.

Jorge Tibiriçá - Patrimonial e Participações S.A.

CNPJ/ME 60.862.099/0001-34
Edital de Convocação
AGO-E. Datas: 2ª convocação em 26/04/2014, às 11:00 Horas com qualquer número. Local: Av. Caxingui, 370-São Paulo-SP. Encontram-se à disposição dos acionistas os documentos da Ordem do Dia: Relatório da Diretoria, Balanço e Contas de Resultado do exercício de 2013. Párcosor do Conselho Fiscal. Destinação dos resultados e ratificação da distribuição antecipada de dividendos. Eleição e remuneração da Diretoria e Conselho Fiscal. Cancelamento de ações existentes em tesouraria. Outros assuntos do interesse social.
(15-16-17)

POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES

CNPJ Nº 45.184.265/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os Srs. Acionistas da Policlín S/A Serviços Médico Hospitalares para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, no Centro Administrativo localizado na Rua Cel. José Domingos de Vasconcelos, nº 216, na cidade de São José dos Campos - SP, com a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; b) Aprovação da remuneração dos Juros Remuneratórios do Capital Próprio; e c) Outros assuntos correlatos de interesse social. São José dos Campos, 15/04/2014. A Diretoria.

TECELAGEM SANTA AMELIA LTDA.

TECELAGEM SANTA AMELIA LTDA, torna público que requereu da CETESB a Licença de Operação para Tecelagem de fios de filamentos contínuos artificiais ou sintéticos, sito à Rua do Tecelão, nº 279, Jardim Werner Pias Americana/SP.

L. R. ELETRONICA DE PRUDENTE LTDA ME.

L. R. ELETRONICA DE PRUDENTE LTDA ME, torna público que requereu junto a CETESB a renovação da licença de operação para atividade de "Circuitos eletrônicos para terçetos, montagem de", sito à Rua José Tarifa Conde, nº 1.205, Jardim Estoril Presidente Prudente/SP.

EMPRESA DE ÔNIBUS ROSA LTDA.

EMPRESA DE ÔNIBUS ROSA LTDA, torna público que recebeu da CETESB, Licença de Instalação Nº 6004533, para a atividade de transporte coletivo de passageiros, sito à Rua Prefeito Alberto dos Santos, nº 680 - Vila Drº Laurindo - Taboão/SP.

ESQUADRIAS DE ALUMINIO SANT MARI LTDA ME.

ESQUADRIAS DE ALUMINIO SANT MARI LTDA ME, torna público que RECEBEU DA CETESB a Licença de Operação nº 45005971 com validade até 13/01/2017 para atividade de fabricação de esquadrias de metais não ferrosos, com tratamento superficial de metais, sito à Rua Amaro Cavaleiro,296 - Pinheiros 05425-011SP.

EZ-LITE COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO LTDA - EPP.

EZ-LITE COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO LTDA - EPP torna público que RECEBEU DA CETESB a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO nº 32007300 para fabricação de tintas de sinalização viária, sito à Rua Rio Grande do Sul, 113 - antigo 105 - Jd Amorá - Jandira/SP.

NAICON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VENTILADORES ME.

NAICON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VENTILADORES ME, torna público que recebeu da CETESB as Licenças Prévia e de Instalação Nº 6001297 e requereu a Licença de Operação, para atividade de fabricação de ventiladores, sito à Rua Ribeiro Preto, 215, Jd. Leocádia - Sorocaba/SP.

ECOCARTÁ EMBALAGENS LTDA.

ECOCARTÁ EMBALAGENS LTDA., torna público que REQUEREU DA CETESB a LICENÇA PREVIAMENTE INSTALADA PARA A ATIVIDADE DE FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE CARTÃO(PAPEL-CARTÃO), sito à ESTRADA GENERAL MOTORS Nº 852- GALPÃO 07 E 08 - CALDEIRA INDUSTRIAL/SP.

E-METAL COMÉRCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E MONTAGENS LTDA ME.

E-METAL COMÉRCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO E MONTAGENS LTDA ME, torna público que recebeu da CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e de Instalação Nº 6001311 e requereu a Licença de Operação para fabricação de esquadrias de metais não-ferrosos, sem tratamento superficial de metais, sito à Rua Henrique Manassés, 2678, Bairro Eden, Sorocaba/SP.

TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA.

TRANSPORTADORA JOLIVAN LTDA., torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes para Veículos, sito à Av. Papa João Paulo I, 1688, Cumbica, Guarulhos/SP.

LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEM VIVER I.

LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEM VIVER I, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação de Loteamento Nº 64000038, sito à RUA VEREADOR IGNAÇÃO LEITE, S/N, ACESS. ROD SP-300, CENTRO AREIÓPOLIS/SP.

LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEM VIVER II.

LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEM VIVER II, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação de Loteamento Nº 64000039, sito à RUA VEREADOR IGNAÇÃO LEITE, S/N, ACESS. ROD SP-300, CENTRO AREIÓPOLIS/SP.

GERALDO JUNIOR DE SOUZA ME.

GERALDO JUNIOR DE SOUZA ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 26000722 e requereu a Licença de Operação para Tecidos de fibras sintéticas descontinuas fabricação de, sito à AVENIDA DEPUTADO CASTRO DE CARVALHO, 290 VILA SÃO JOÃO, POAAS/SP.

TP - TURBO PEÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME.

TP - TURBO PEÇAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, torna público que requereu da Cetesb a L. de Operação Renovação, para a atividade de Usinagem (torno, fresca, etc.), serviço de, sito à AV. PREFEITO WASHINGTON LUIS, 597, bairro CASTELO de Batatais/SP.

CAFÉ BATATAENSE LTDA.

CAFÉ BATATAENSE LTDA., torna público que requereu junto a Cetesb a L. de Operação Renovação, para a atividade Café torrado e moído, produção de, sito à RODOVIA ALTINO ARANTES, KM 50, bairro VILA CRUZEIRO Batatais/SP.

PI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

PI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, torna público que requereu junto a CETESB a Licença de Operação para fabricação de Massas Alimentícias, sito à Rua Morais Navarro, 71, Socorro CEP 04763-020 São Paulo/SP.

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES - PETROBRAS S/A.

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES - PETROBRAS S/A, torna público que requereu da CETESB a Licença de Operação para o Canteiro para Serviços de Aplicação de Revestimento Refratário para a Carteira de Diesel, sito à Av. Nove de Abril, 777 - Cubatão/SP.

GUACYRA CORRÊA EPP.

GUACYRA CORRÊA EPP torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 29006534, válido até 04.04.2017 plusinagem (torno,fresca,etc) serviço, sito à Rua Retilguia 876, Jd Laranjeiras, São Paulo/SP.

RESGATE COMÉRCIO DE PISCINAS LTDA ME.

RESGATE COMÉRCIO DE PISCINAS LTDA ME, torna público que solicitou junto a CETESB a Renovação de Licença de Operação para a atividade de "Pneúms, castos e semelhanças de material trancado, fabricação de, sito à AV EDUARDO PERKOTO, 491 - Jd NOVA EUROPA Limeira/SP.

A ASHLAND HERCULES PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.,

torna público que requereu a CETESB a Licença de operação para fabricação de aditivos de uso Industrial, sito à avenida Sete de Setembro, 1687 - Bairro Sumaré Leme/SP.

OURICOLOR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS E VERMEXES LTDA - EPP.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação Nº 59000160 para Tintas a base de água fabricação de, sito à RUA UN-SAKU ITO, 00, DIST.HILO SILVA, Ourinhos/SP.

SERRALHERIA CP COMÉRCIO DE FERROS E FERRAGENS LTDA ME.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 36007404, válida até 20/03/2017 para Esquadrias de metais não-ferrosos, com tratamento superficial de metal, sito à Rua 41, 21 Res Jundial Jundial/SP.

WHEATON BRASIL VIDROS S/A.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 48000938 e requereu a Licença de Operação para Embalagens de vidro fabricação de, sito à Avenida Álvaro Guimarães, 2502, Vila Euro São Bernardo do Campo/SP.

CERÂMICA ALFAGRÊS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

torna público que REQUEREU À CETESB A RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXTRAÇÃO DE ARGILA, sito à ESTRADA RIO CLARO-QUILOMBO, BAIRRO QUILOMBO, RIO CLARO/SP.

ART PRÉ LAJES E PRÉ MOLDADOS LTDA ME.

torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação, para fabricação de lajes e artefatos de cimento para uso na construção, sito à Rua Alexandre Carlos de Melo, nº 10, Vila São Jorge - Tambauá/SP.

COSTA & SILVA ARTEFATOS DE METAL LTDA ME.

torna público que requereu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação para fabricação de calhas e convétores metálicos, sito à Rua Arminia Quaglio Vernachi, nº 65, Jardim das Pitas - Tambauá/SP.

ANODIZAR SOROCABA INDUSTRIAL LTDA.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 6007470, válida até 08/04/2016, para Anodização, sito à RUA PROF JOÃO FRANCO DE ALMEIDA FILHO, 325, EDEN SOROCABA/SP.

A ASHLAND HERCULES PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 65001273, válida até 10/04/2016, para fabricação de aditivos de uso Industrial, sito à AV. SETE DE SETEMBRO, 1687, VILA SUMARÊ Leme/SP.

J. STERCE JUNIOR EMBALAGENS - ME.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 13000950, válida até 10/04/2017, para a atividade de fabricação de Embalagens de Papelão, sito à AVENIDA JOÃO CERNACH, Nº 2455, BAIRRO PATRIMÔNIO SILVARES, no município de BIRIGUI/SP.

BARDELLA S/A INDÚSTRIAS MECÂNICAS S/A.

torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação, para Máquinas para transporte e elevação de carga, fabricação de, sito à Av. Antonio Bardella, 525, Cumbica, Guarulhos/SP.

DURATEX S/A.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia Nº 7001947 e requereu a Licença de Instalação para fabricação de Chapas e placas de madeira prensada ou aglomerada, sito à Rodovia Macrechal Rondon Km23 Agudos/SP.

ZANELATO & MIQUELUTTI LTDA. EPP.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 52000452 e requereu a Licença de Operação para atividade de Indústria e comércio de máquinas operatrizes e aparelhos industriais, acoplados ou não a motores elétricos, com prestação de serviços, sito à Rua Sidalmo Marquetini, nº 51, Distrito Industrial III, Monte Alto/SP.

REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS.

torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação, para posto de abastecimento da frota própria, sito à Avenida Nossa Senhora do Ó, nº 691 - Limão- CEP 02.715-000 São Paulo/SP.

SPLENDOR FOLHADOS LTDA ME.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 42001009 e requereu a Licença de Operação para atividade de Artigos de bijuterias para uso pessoal, fabricação de, sito à RUA JOÃO POMPEU FILHO, 71 - JARDIM LAGO AZUL Limeira/SP.

GOLDMAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação n. 65000505 e requereu a Licença de Operação para fabricação de peças e acessórios para máquinas e equipamentos de uso geral, sito à Rua Palmiro Carreiro, 354 - Distrito Industrial, Araras/SP.

ECOVASO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA EPP.

torna público que REQUEREU NA CETESB A RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA A FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE PLÁSTICOS, sito à RODOVIA SP 107, 288, KM 28,8, MORADA DOS PASSAROS JAGUARUNA/SP.

GLAUCIA ADRIANA BOSCO DA SILVA 17129378808 MEI.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 13000955, válida até 11/04/2018 para Calçados de tecido fabricação de, sito à RUA AZUL, 857, JARDIM TOSELAR BIRIGUI/SP.

A SAINT-GOBAIN DO BRASIL PROD. IND. E PARA CONST. LTDA.

torna público que requereu a CETESB a renovação da licença de operação 16007366 para a fabricação de vidro plano e de segurança, sito à Rua Rui Barbosa nº346, Centro, CEP 09390-000. Mauá/SP.

LOT. RES. FAZENDA TERRA ALTA. ATUAL ALTA VISTA.

torna público que requereu da CETESB a licença de operação de loteamento para parcelamento do solo, sito à Estrada Velha de Saito de Piraporá, 581. São Paulo/SP.

RENOVADORA DE PNEUS UNIVERSO LTDA.

torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia nº 14002163 e requereu a Licença de Instalação para Pneu (recondicionamento, recacuchament, recapacação ou remoldagem), sito à Rua Laudelino Mendes de Oliveira, nº 695, Dist. Ind. Brasil 500 Jaci/SP.

IRAN DA SILVA SALAZAR NETO ME.

torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação, nº6007449, válida até 08/04/2018, para Serras (de fita, de Lâmina, eletroalim, fabricação de, sito à Avenida Professor Flavio Fazano, 625, Piazza de Roma I Sorocaba/SP.

sexta-feira, 18 de abril de 2014

Diário Oficial Empresarial

São Paulo, 124 (74) – 121

Universal Telecom S/A
CNPJ nº 07.197.023/0001-26 - NIRE: 35.300.912613
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada em 30 de Abril de 2014, às 14:00hs, na sede social, localizada na Av. Paulista, 2.444 - 17º andar - Conj. 171, Condição César, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; 2) Destinação do resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 17/04/2014. Luiz Kotek - Diretor Presidente.

IPLF HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 60.651.569/0001-49 - NIRE 35.303.1301.1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária
São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2014, às 17h15min, na sede social da IPLF Holding S.A. (Assembleia e Companhia), respectivamente, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1365, 10º andar (parte), nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovação das contas dos administrados, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (iii) fixação do montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. São Paulo, 16 de abril de 2014. Boris Taboacof - Presidente do Conselho de Administração.

CD - Administração e Participação S/A
CNPJ nº 44.596.203/0001-68 - NIRE nº 35.300.008.057
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Senhores acionistas desta sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2014, às 11h00min, em sua sede social situada à Avenida Torralba Dirucci, nº 700, Sala 01, Jardim dos Manacás, Araraquara (SP), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, pertencentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; (ii) Destinação do Resultado Líquido do Exercício findo em 31 de dezembro de 2013; (iii) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Araraquara (SP), 17 de abril de 2014. A. Diratona. (18, 23 e 24/04/2014)

Companhia de Habitação Popular de Bauru
CNPJ/MF 46.010.071/0001-03
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Acionistas da C.H.P.B. que se realizará, na Av. Nações Unidas, 30-31, na sede, Bauru/SP no dia 30/04/2014, às 16hs, Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação de contas a relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer do Cons. Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal; AGO: e) Outros assuntos sociais. Encontram a disposição dos acionistas na sede social, os dados art. 133 da Lei 6.404/76 (consolidada pela Lei 11.638 e MP 449/08). Bauru, 15/04/2014. Artur Guedes Neto - Pres. Cons. de Adm. (17, 18 e 23)

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A
CNPJ/MF nº 56.529.555/0001-06
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia 25 de abril de 2014, às 10hs30min, em sua segunda chamada às 11hs00, que será realizada na sede social situada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Sede de Ordinária (AGO): a) Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referente ao exercício de 2013; b) Eleição da Diretoria para o biênio 2014/2015; c) Fixação dos honorários da Diretoria, Dispensada a publicação dos Balanços e Demonstrações Financeiras por força do art. 176, §6º e art. 204, ambos da Lei 6.404/76. Matão (SP), 17/04/2014. Walter Baldan Filho - Diretor. (17, 18 e 23/04/14)

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 46.156.487/0001-82 - NIRE: 35.300.386.825
Edital Convocação - Assembleia Geral Ordinária Extraordinária
Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO/E, a ser realizada em 30/04/2014, às 09h, na sede da Cia., à Rua XV de Novembro, 741, sobrela sala 01, na Cidade de Itapira/SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Cia. referente ao exercício social encerrado em 31/12/2013; (ii) Deliberar sobre a destinação das reservas de lucros existentes no exercício de 2013; (iii) Deliberar sobre o encerramento das atividades e fechamento da Cia. Afonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente. (17, 18 e 23/04/14)

Branco Peres Açúcar e Alcool S/A
CNPJ: 43.519.833/0001-61
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação
Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGO/E, que se realizará no dia 18/04/2014, às 10h, na sede social, na R. de Conselheiro, 3741, nº 14, CJ. 21, 8.º andar, Amarelo, SP/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I - Ordinária: a) Exame e discussão do Relatório dos Administradores e Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2013; b) Destinação do Resultado do Exercício; Encerramento e distribuição do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. II - Extraordinária: a) Eleição dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. São Paulo Branco Peres, Márcio Cristiano Vileto de Oliveira - Diretor. (16-17-18)

DOCUMENTA CLÍNICA RADIOLÓGICA LTDA
CNPJ: 51.799.176/0001-31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convocados todos os quotistas para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2014, na Rua Bernardino de Campos, 980, Centro, Ribeirão Preto/SP, em 1ª Convocação às 18:30 hs e 2ª Convocação às 19:30 hs, para os ordens do dia: a) Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras do Balanço Social, exercício 2013; b) Outros assuntos de interesse social. Ribeirão Preto/SP, 14/04/2014. Dr. Azeite Russo Abud (sócio administrador).

FOSBRASIL S.A.
CNPJ Nº 54.091.707/0001-80 - NIRE 35.300.108.876
Convocação Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas desta sociedade, a se reunirem em AGO, a ser realizada em 10 de maio de 2014, na sede social da empresa, à R. Flórida, 1.703 - 12º and., São Paulo/SP Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. 2. Poderão participar da Assembleia Geral, os acionistas titulares de ações devidamente registradas no Livro Proprio. SP, 16 de abril de 2014. Conselho de Administração

Cetenco Engenharia S.A.
CNPJ Nº 61.550.497/0001-06 - NIRE Nº 35.300.2407/9
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação
Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em AGO, da 29/04/2014, 12hs na sede social, R. Maria Paula, 36, 6º, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exerc. findo em 31/12/2013; 2) Destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2013; 3) Distribuição de resultados das atividades anteriores, realizado financeiramente. São Paulo, 11/04/2014. Ass. Conselho de Administração". (16, 17 e 18/04/2014)

Attend Ambiental S/A
CNPJ/MF nº 13.029.289/0001-20 - NIRE 35.300.398.116
Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária
Em primeira convocação, ficam convocados os senhores acionistas da Attend Ambiental S.A. a comparecer a AGO que se realizará na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 2.301, 12º, Jardim Paulistano, CEP 01452-000 na data do 30/04/2014, às 14hs, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação do Balanço 2013; Instruções Gerais: (ii) A proposta de administração e a remuneração, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se a disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 17/04/2013. Pedro Stoch-Presidente do Conselho de Administração. (17, 18 e 23/04/2014)

Capela S.A. Comércio e Participações
CNPJ: 58.278.052/0001-04
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Estão convocados os Srs. acionistas para a AGO/E, na sede social da empresa, na Rua Maria Silveira, 49 em São Paulo-SP, no dia 24/04/2014, às 10h00min, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral do exercício de 2013 e demais Demonstrações Financeiras; e b) Assuntos Gerais do interesse da sociedade. Achem-se a disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31/12/2013. São Paulo, 11/04/2014. Dinis Dias - Dir. Presidente

Amelec S/A Indústria Eletrônica
CNPJ - 57.009.078/0001-94
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas a reunirem-se em 30/04/2014, às 11hs, em sua sede Social, a fim de deliberar, sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis, na íntegra, ao exercício social findo em 31/12/2013; II - Fixação da remuneração dos Administradores; III - Outros assuntos de interesse da sociedade. Embu (SP), 15/04/2014. Alcides Aparecido da Cruz Marques - Diretor Presidente. (16-17-18)

Distribuidora de Bebidas Sul S.A
CNPJ 57.036.700/0001-64
Convocação de AGO
Convocamos os Srs. Acionistas da Distribuidora de Bebidas Sul S/A a comparecerem na AGO a ser realizada no dia 29/04/14 às 10h, na R. Nova Fátima, 147, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame e aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013; b) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração; c) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 16/04/2014. A. Diratona. (17, 18 e 23/04/2014)

INTELIE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 16.454.205/0001-71
AVISO À PRAÇA - REAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
A sociedade: INTELIE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA notifica que os sócios deliberaram sobre a redução do valor do capital social de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade"

Emvidro Comércio e Representações Ltda.
CNPJ Nº 54.940.040/0001-20 - NIRE 35.300.441.672
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os Srs. Sócios a se reunirem em AGO, no dia 30.04.2014, às 9 h, à Rua Dep Vicente Perado nº 6 - SP, para tomarem as contas dos administradores e deliberarem sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico. SP 16.04.2014. Administração (16-17-18)

Cindumel Administração e Participações S.A.
CNPJ Nº 52.587.052/0001-00 - NIRE 35300004514
Aviso aos Acionistas
Os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2013, encontram-se a disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, Guarulhos, 15 de abril de 2014. Venecius Duque Mazutti Filho - Diretor

Sigma Mineração S.A.
CNPJ/MF nº 16.482.121/0001-57 - NIRE 35.300.441.672
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam os Srs. Acionistas da CIA convocados para se reunirem em AGO, a ser realizada em 30/04/2014, às 16:30 hs, na sede da CIA localizada em São Paulo/SP na Rua Dr. Eduardo de Souza Azeite, 387, 5º andar, parte, CEP 04543-121, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da CIA referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013. SP, 17/04/2014. Otaviano Cortes Pereira Lopes-Presidente do Conselho de Administração. (18, 23 e 24/04/2014) A. Diratona

Companhia Eldorado de Hotéis
CNPJ/MF Nº 62.791.116/0001-48 - NIRE 35.300.020.916
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia 30/04/2014, às 10:00 hs, na Al. Santos, nº 1.800, 1.º andar, em SP/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras da Cia relativas ao exercício social findo em 31.12.2013; 2) eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato 2014/2017. São Paulo, 17 de abril de 2014. Dalila Bahin - Presidente do Conselho de Administração.

Cindumel Cia. Industrial de Metais e Laminados
CNPJ/MF) 61.183.449/0001-82 - NIRE 35300051181
Aviso aos Acionistas
Os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2013, encontram-se a disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, Guarulhos, 15 de abril de 2014. Venecius Duque Mazutti Filho - Diretor

TWW do Brasil S.A.
CNPJ/MF nº 01.126.948/0001-61
Edital
Ficam convocados os Srs. acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30/04/2014, às 10h, na sede da Cia., na Rua do Rio, 220, cj. 61, SP-SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013; (2) destinação dos resultados do exercício de 2013; e (3) fixação da remuneração da diretoria. Anthony Pain - Presidente.

Aquatit Holdings S/A
CNPJ 04.740.959/0001-00 - NIRE 35.300.187.628
Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 28 de abril de 2014 na Avenida Doutor Cardoso de Mello, 1855 - Bloco 1 - 5º andar - Vila Olímpia, São Paulo-SP, às 15 horas, para deliberarem dos seguintes itens: a) mudança de endereço da sede social da companhia; b) demais assuntos de interesse da Companhia.

Visão Empresarial S/A
CNPJ/MF nº 03.237.389/0001-81
Convocação - Assembleia Geral Ordinária
São convocados acionistas para a AGO/E, a ser realizada em 30/04/2014, às 10:30h, na sede, Faz. Paqueta, Rf. Elzeir Moreira Negro Magalhães (SP-463) s/nº, Km 58,8, acesso à eqs. 4+4 Km, Amatuba/SP, delibere sobre a) Bal. Patrimonial e Dem. Finance. de 31/12/13; b) Resultado Exerc. e Eleição Cons. Adm.; c) Fixação honorários da Adm.; d) Outros assuntos. Os dados art. 133 da Lei 6404/76, ref. ao ano findo em 31/12/13, achem-se a disposição na sede. Araguatuba/SP: 74/14. Eulfrido do Carmo Junior- Pres. Cons. de Adm. (16, 18, 23 e 24)

Auto Posto Guarani de Tupã II Ltda. torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 11003912, válida até 19/05/2015, para Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores a Rua Guarani, 947, Centro, Tupã.

Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda. torna público que solicitou junto a Cetesb a Renovação da Licença de Operação 63000300 referente ao Processo nº 430207/056, para álcool etílico de cana-de-açúcar, instalado, fabricação de a. Faz. Lom Formosa, Sator II, ZR, São João da Boa Vista.

METALURGICA HENCKLEIN LTDA - EPP torna público que solicitou junto a CETESB a Renovação da Licença de Operação, para fabricação de artigos de serralheria (exceto esquadrias), sito à Av. Ambrósio Fumagalli, 1.660 e 1.080, Pq. ejetos Raguazzo LIMERARP.

CFM ENGENHARIA ELÉTRICA E INSTRUMENTAÇÃO LTDA, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 4005622/p/MAQ, apar. e equip. de sist. eletrônicos dedic. a autom. ind., mont. e inst. de, sito à Rua Angelo Magro, 98 CINEP 2, Sertãozinho/SP.

CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA LTDA, torna público que recebeu da CETESB a renovação da Licença de Operação referente ao Depósito de Cores, Abrigo do depósito de cores, Abrigo de analisador de NOx e SOx da linha 1, Quilose Sanitários, Abrigo desmontável temporário, Portaria Estacionando, Quilose estacionando, sito à Av. Cristal, 540, Jd. das Indústrias Jacareí/SP.

SETEC - SERVIÇOS TÉCNICOS GERAIS, torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia para cadáveres humanos, crematório de, sito à Avenida Syllia da Silva Bragança s/nº Campinas/SP.

BERING & SOUZA INDUSTRIA E COMERCIO DE CALÇADOS LTDA ME, torna público que requereu na CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e a Licença de Operação para CONFECCÃO DE CORTE, COSTURA E REPONTO DE CALÇADOS, sito à Av. Beira Rio, 251 Boa Vista Piracicaba/SP.

ASTRO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, torna público que requereu na CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e a Licença de Instalação para o comércio de combustíveis para veículos automotores, sito à Rodovia Anhanguera s/nº, Km 265, Zona Rural de São Simão/SP.

INJETROM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, torna público que requereu na CETESB a renovação de Licença de Operação para fabricação de material de plástico para outros usos não especificados anteriormente, sito à Rua Siqueira Cardoso, 224 São Paulo/SP.

IPR INDÚSTRIA DE PREFABRICADOS RAFARD LTDA, torna público que recebeu da CETESB a renovação de licença de operação simplificada nº 5000153, sito à Via de Acesso 5 Fazenda Itapeva, 415 - Distrito Industrial - 13360-000 RAFARD/SP.

SEARA ALIMENTOS LTDA, torna público que requereu na CETESB a Renovação da Licença de Operação para fabricação de Embrimos não associado ao comércio varejista, sito à Rodovia Campinas Mogi Mirim Km 131,7 Bairro Roselira Jaguariúna/SP.

WABCO DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FREIOS LTDA, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação Nº 34001482 e requereu a Licença de Operação para fabricação de freios para veículos rodoviários, sito à Rodovia ANHANGUERA KM 106,5, BLOCO A, JARDIM SÃO JUDAS TADEU SUMARÉ/SP.

PETRONOVO AUTO POSTO DE NOVO HORIZONTE LTDA, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 14005973, válida até 25/02/2019, para Combustíveis e lubrificantes para veículos comércio varejista, sito a RUA ALTO ARANTES, 890, CENTRO NOVO HORIZONTE/SP.

INDUSTRIAL E COMERCIAL PINHATI LTDA. EPP, torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e Licença de Instalação para atividade de fabricação de artigos de vidro e de peças decorativas em cerâmica, sito à Avenida Nely Bahour Cano, nº 71, bairro Jardim Alameda, Monte Alto/SP.

A. AMADO & AMADO LTDA, torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e de Instalação para a atividade comércio varejista de combustíveis e lubrificantes, sito à Av. Coronel Virgílio Rocha, 1143, Centro, Macatuba/SP.

BBD Participações S.A.
CNPJ nº 07.898.611/0001-52 - NIRE 35.200.335.295
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação
Convocados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2014, às 18h, na sede social, Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Nova, Osasco, SP, a fim de: I) tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2013; II) deliberar sobre proposta de distribuição de lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2013 e distribuição de dividendos; III) eleger os membros do Conselho de Administração; IV) eleger o montante global anual de remuneração dos Administradores, Cidade de Deus, Osasco, SP, 22 de abril de 2014. Lázaro de Melo Brandão - Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25.04.14)

World Mineral Resources Participações S.A.
CNPJ/MF nº 12.656.603/0001-25
Convocação Assembleia Geral Ordinária
O Presidente do Conselho de Administração da World Mineral Resources Participações S.A. ("WMR"), no uso de suas atribuições, vem por meio do presente convocar os senhores acionistas para participação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na data, horário e local abaixo indicados: Dia: 29 de abril de 2014, terça-feira. Horário: às 10h30min. Local: Mattos Filho Advogados - Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447 - São Paulo - SP. Ordem do Dia: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013; 2) Apropriação do atual andamento dos projetos da WMR; e 3) Fomento regular de informações financeiras e atividades da Cia. São Paulo, 17 de abril de 2014. João Carlos de Castro Cavalcanti - Presidente do Conselho de Administração da WMR.

Foz do Rio Claro Energia S.A.
CNPJ/MF nº 07.823.262/0001-03 - NIRE 35.200.328.647
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Acionistas da Foz do Rio Claro de Energia S.A. a se reunirem em 30 de abril de 2014, às 15h00min, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Bloco I, 9º andar, Sala D, Vila Olímpia, Cidade e Estado de São Paulo, a fim de examinar e discutir sobre as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; (ii) Deliberar sobre a Proposta da Distribuição de Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e distribuição de dividendos; e (iii) Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia. São Paulo, 17 de abril de 2014. José Luiz de Godoy Pereira - Presidente do Conselho de Administração.

Brasil Kirin Holding S.A.
Companhia Fechada
CNPJ nº 08.265.794/0001-27
Convocação
A Brasil Kirin Holding S.A. ("Companhia") comunica que está divulgando no seu site suas demonstrações financeiras combinadas, que foram apresentadas anteriormente em conjunto com as suas demonstrações financeiras individuais, publicadas no Jornal Valor Econômico, no último dia 31 de Março de 2014 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01 de Abril de 2014. A Companhia, em suas demonstrações financeiras consolidadas completas da Companhia, que não haviam sido publicadas anteriormente, também se encontram disponíveis em nosso site www.brazilkirin.com.br ou através dos links <http://relatorio.brazilkirin.com.br/pdf/DF-Brasil-Kirin-Combinado-Consolidado-2013.pdf> São Paulo, 23 de abril de 2014.

Anlog - Aurélio Nardini Logística Ltda.
CNPJ nº 05.896.211/0001-46 - NIRE nº 35.203.634.351
Convocação para Reunião Ordinária dos Quilistas
Ficam os quilistas convocados para a reunião ordinária de quilistas a ser realizada na Fazerista Vista Alegre, s/nº, Km 2,5, Distrito Administração Zona Rural, Vista Alegre do Alto/SP, no dia 28 (vinte e nove) de abril de 2014, às 18:00hs (em primeira convocação) e às 18:15hs (em segunda convocação), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; 2) Aprovar o resultado do pré-lucro do sócio diretor, Ricardo Nardini, a partir de 01/05/2014; e 3) deliberar a respeito da distribuição de lucro líquido verificado no exercício social de 2013. Anlog - Aurélio Nardini Logística Ltda. - Ricardo Nardini Naitain Antonio Naitalicio. (18-23-24)

Associação de Amigos do Conservatório de Tatu - AAC T
CNPJ 50.786.891/0001-28
Processo Seletivo
A AAC T, nos termos do artigo 4º, § 1º, item 1, do Decreto Estadual n.º 43.489/98, com a redação dada pelo Decreto Estadual n.º 50.611/06, comunica a abertura de processo seletivo para contratação e formação do cadastro de reserva, para os seguintes cargos: TATU-SP: Monitor de Prática de Conjunto (Clarineta e Bateria Sinfônica) - 01 vaga; Assistente de Recursos Humanos - 01 vaga; Auxiliar de Contabilidade - 01 vaga; Inspetor Escolar - 02 vagas; Porteiro 40 horas - 01 vaga; Inscrições: de 23 de Abril a 02 de Maio de 2014. O edital completo do edital processo seletivo, bem como as orientações gerais de participação podem ser acessadas no site: http://www.conservatoriodetatu.org.br/aac_t_trabalha.php. Tatu-SP, 23 de Abril de 2014. Ivan Rodrigues - Recursos Humanos AAC T.

RB Capital Realty XIV Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/MF nº 16.651.935/0001-78 - NIRE 35.226.871.231
Extrato de Alteração Contratual
Informamos que conforme a 3ª Alteração de Contrato Social de 22/04/2014 foi deliberada a redução do capital social de R\$ 5.001.000,00 para R\$ 2.001.000,00, redução portante de R\$ 3.000.000,00, uma vez que o capital social se mostrava excessivo ante às necessidades da Sociedade (Art. 1.084 do Código Civil). Sociais: RB Capital Desenvolvimento Residencial II S.A. e RB Capital Portfólio Empreendimentos Imobiliários S.A.

Radio Panamericana S.A.
CNPJ 60.828.922/0001-70 - NIRE 35.300.29763 - Cia. Fechada
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os acionistas da Radio Panamericana S.A., para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, às 11:00 horas, na sede A, Av. Paulista, 807, 24º andar, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I) aprovação das demonstrações financeiras de 31/12/13, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de Comércio, ambos de 17/4/14. II) Aprovação da distribuição de Juros sobre o Capital e Dividendos. III) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 17 de abril de 2014. Antonio Augusto Amaral de Carvalho Filho - Diretor-Presidente. (23, 24, 25)

Loja Engenharja S/A, torna público que recebeu da CETESB e Licença Própria N.º 40022-08 e requereu a Licença de Instalação para o MINERAIS DE METAIS NÃO METÁLICOS e RODÓVIA ABRAO ASSED, KM 37, ZONA RURAL, SERRANA.

FACEOR PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 09.658.790/0001-09 - NIRE 35.3.0304873 4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária
São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Faceor Participações S.A., a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, às 18h00min, na sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar (parte), nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, examinar, discutir e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.13; (ii) eleição dos membros da Diretoria; e (iii) fixação do montante global de remuneração anual da Diretoria. São Paulo, 16 de abril de 2014. David Falter - Diretor; Claudio Thomaz Lobo Sondor - Diretor.

Polyplastic S/A Indústria e Comércio
CNPJ Nº 60.650.074/0001-03 - NIRE 35.300.103.566
Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Convocamos os Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e realizar-se na sede social, Av. Paulistana, 1889 - Bairro Laranjeiras - Caieiras - SP, no dia 30 de abril de 2014 às 10:00 horas, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras findo em 31/12/2013; b) Destinação do Lucro Líquido do exercício. Caieiras, 15 de abril de 2014. Washington Dias Janota Antunes - Diretor Presidente.

Licou de Artes e Ofícios de São Paulo
CNPJ nº 17.891.000/01-51
Edital de Convocação - Reunião Ordinária do Conselho Superior
Nos termos do estatuto social, ficam convocados os membros do Conselho Superior do Licou de Artes e Ofícios de São Paulo para a reunião ordinária a ser realizada no dia 29/04/2014, às 18:00 horas, em primeira convocação, às 17:30 horas, e em segunda, às 18:00 horas, no Grêmio Luso Brasileiro, sito a Av. Brigadeiro Luiz Antônio nº 4302, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação, para a posterior aprovação da Assembleia Geral, do Relatório da Administração e Balanço e Demonstração da Receita e Despesa do exercício findo em 31/12/2013; b) outros assuntos de interesse da entidade. São Paulo, 17 de abril de 2014. Licou de Artes e Ofícios de São Paulo. Livio De Vivo - Presidente.

Licou de Artes e Ofícios de São Paulo
CNPJ 60.761.880/0001-51
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Nos termos do estatuto social, ficam convocados os associados do Licou de Artes e Ofícios de São Paulo para se reunirem, em primeira convocação, às 18:30 horas, e em segunda, às 19:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29/04/2014, no Grêmio Luso Brasileiro, sito a Av. Brigadeiro Luiz Antônio nº 4302, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Relatório da Administração e Balanço e Demonstração da Receita e da Despesa do exercício findo em 31/12/2013; b) outros assuntos de interesse da entidade. São Paulo, 17 de abril de 2014. Licou de Artes e Ofícios de São Paulo. Livio De Vivo - Presidente.

BÜRGER S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 51.465.854/0001-84
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Através da presente ficam convocados os senhores acionistas da sociedade empresária supra, a comparecerem em assembleia geral ordinária a ser realizada no dia 28/04/2014 às 19:00 horas em primeira convocação, no endereço da empresa Avenida Campinas, 537, Limeira, SP. ASSUNTOS DA ASSEMBLÉIA: (1) aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis; (2) eleição da Diretoria; (3) assuntos de interesse social. Limeira 16 de Abril de 2014. José Aparecido Paschoan - Diretor Gerente

Universal Telecom S/A
CNPJ nº 03.107.023/0001-26 - NIRE/UJCESP nº 35.300.192613
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada em 30 de Abril de 2014, às 14:00hs, na sede social, localizada na Av. Paulista, 2.444 - 17º andar - Conj. 171, Quilombo Osório, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; 2) Destinação do resultado do exercício; 3) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 17/04/2014. Luiz Kotak - Diretor Presidente.

Becitrus S/A
CNPJ/MF nº 07.407.544/0001-88
Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária
São convocados os senhores cooperados da Becitrus S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de abril de 2014, às 15:00 horas, na Alameda Búzios, 182, Jardim do Bosque, cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: AGO: a) Exposição e discussão, para aprovação, das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2013; b) Deliberação sobre a destinação do resultado apurado em 31/12/2013; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Bebedouro, 22 de abril de 2014. José Francisco de Fátima Santos - Presidente.

ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S/A
CNPJ/MF nº 08.948.537/0001-00 - NIRE nº 35.300.344.301
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os Senhores Acionistas da ONE BRASIL MÍDIA INTERATIVA S/A ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Curyll Jr. nº 92, 3º andar, sala 01, Morumbi, CEP 06614-000, a fim de deliberar sobre: (i) examinar, discutir e aprovar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia; e (ii) aumento do Capital Social da Companhia. São Paulo, 17 de abril de 2014. JOSÉ CARLOS ANGIUTA - Diretor Presidente (18, 23 e 24/04/2014)

FOSBRASIL S.A.
C.N.P.J. Nº 64.091.707/0001-80 - NIRE 35.300.108.876
Convocação Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas desta sociedade, a se reunirem em AGO, a realizar-se às 10 hs do dia 28/04/2014, na sede social da empresa, s/nº, Flórida, 1.703 - 12º andar - São Paulo/SP Ordem do Dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir o relatório das demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 2. Poderão participar da Assembleia Geral, os acionistas titulares de ações devidamente registradas no Livro Proprio. SP, 16 de abril de 2014. Conselho de Administração

Sigma Mineração S.A.
CNPJ/MF nº 16.482.121/0001-57 - NIRE 35.300.441.672
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam os Srs. Acionistas da CIA convocados para se reunirem em AGO, a ser realizada em 30/04/2014, às 16:30 hs, na sede da CIA localizada em Av. Paulista, nº 1200, 12º andar, no bairro de Morumbi, CEP 06643-121, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da CIA referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013. SP, 17/04/2014. Octavio Cortes Pereira Lopes - Presidente do Conselho de Administração (18.23.24/04/2014)

PAGAMENTOS MÓVEIS S/A
CNPJ/MF nº 12.607.722/0001-68 - NIRE 35.300.388.800
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam os Senhores Acionistas da PAGAMENTOS MÓVEIS S/A ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2014, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Comendador Adão Ares, nº 129, sala 4, Morumbi, CEP 06613-000, a fim de deliberar sobre: (i) examinar, discutir e aprovar o relatório da administração e as demonstrações financeiras; (ii) destinação dos resultados da Companhia; e (iii) aumento do Capital Social da Companhia. São Paulo, 17 de abril de 2014. JOSÉ CARLOS ANGIUTA - Diretor Presidente (18, 23 e 24/04/2014)

J.A.C. EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS S.A.
C.N.P.J. nº 50.747.997/0001-16
Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária - Edital de Convocação
Convocamos os senhores acionistas, para AGO/E, a realizar-se no dia 30 de Abril de 2014, às 10 horas, na sede social, a Avenida João Szanovszky, 1401 - sala A, Jd. São-SP, a fim de deliberar sobre o seguinte: 1) Examinar, discutir e votar a demonstração financeira do exercício findo em 31/12/2013; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; 3) Mutação no capital social e alteração do artigo 5º do Estatuto Social; 4) Outros assuntos de interesse social. Jd. São-SP, 17 de Abril de 2014. A. Ditrella. (23-24-25)

44 Bico Largo Comercial Ltda.
CNPJ/MF nº 01.287.000/0001-07 - NIRE 35.213.870.435
CONVOCAÇÃO
Nos termos do art. 1.152 do Código Civil Brasileiro, ficam os Sócios convocados para comparecer a Reunião dos Sócios, que será realizada no dia 30/04/2014, às 10hs, na sede social localizada em São Paulo/SP, na R. Fátima, nº 471, Conj. 2, Pinheiros, a fim de deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) aumento do capital social da Sociedade no valor de R\$ 12.750,00 e alteração da cláusula 5º do Contrato Social; (ii) alteração da cláusula 6º do Contrato Social; (iii) possibilidade de anulação de ações por justa causa; (iv) definição do quorum de deliberação para aprovação da transformação da tipo societária; e (v) consolidação do contrato social. SP, 16/04/2014. Alexandre Machado do Sá - Administrador

IBATÉ S.A.
CNPJ nº 07.952.761/0001-02 - NIRE 35.300.333.314
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
São convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, às 17 horas, na sede social, na Avenida Lincoln, de Paula Machado, 1428, sala 01, Jardim Everest, em São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013; 2) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; 3) eleger os membros da Diretoria; e 4. finalizar a remuneração global da Diretoria. São Paulo (SP), 09 de abril de 2014. Marcelo de Camargo Bicoletti - Diretor Presidente (18, 23 e 24/04/2014)

NOGUEIRA PATRIMONIAL E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 46.155.487/0001-82 - NIRE: 35.300.386.825
Edital Convocação - Assembleia Geral Ordinária Extraordinária
Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGO/E, a ser realizada em 30/04/2014, às 09h, na sede da Cia. a Rua XV de Novembro, 741, sobrela sala 01, na Cidade de Itapira/SP para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Cia., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013; (ii) Deliberação sobre a destinação das reservas de lucro existentes no exercício de 2013; (iii) Deliberar sobre o encerramento das atividades e fechamento da Cia. Afonso Nogueira de Freitas - Diretor Presidente (18, 23 e 24.04.14)

Companhia de Habitação Popular de Bauru
CNPJ (MF) 46.910.070/0001-03
Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Convocamos os Acionistas da C.H.P.B. que se realizara, na Av. Nações Unidas, n.º 30-31, na sede, Bauru/SP, no dia 30/04/14, às 16hs., Ordem do Dia: AGO: a) Leitura da prestação de contas e relatório da Diretoria; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e demais demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer do Cons. Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; c) Eleição dos membros do Cons. Fiscal; AGO: a) Outros assuntos sociais. Encontram à disposição dos acionistas na sede social, os docs. ref. Art. 133 da Lei 6.404/76 (consolidada pela Lei 11.638 e MP 446/08). Bauru, 15/04/2014. Artur Guedes Neto - Pres. Cons. de Adm. (17, 18 e 23.04.14)

Palva Ramos, Empreendimentos Imobiliários S/A., torna público que requereu a CETESB e Licença Própria para o Licenciamento Ambiental do Projeto Urbanístico Fazenda Palva Ramos - município de Osasco/SP, mediante a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e que nos termos da Deliberação CONSEMA nº 34/2001, encontra-se aberto o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar desta data, para solicitação de Audiência Pública à CETESB, relativa ao Licenciamento Ambiental de projeto Urbanístico - Fazenda Palva Ramos, a qual deve ser protocolada ou enviada por carta registrada, postada no prazo acima definido e dirigida ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA, Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - prédio 12 - 1º andar - Alto de Pinheiros - CEP: 05489-900.

BREE S.A.
CNPJ/MF nº 14.454.062/0001-88
Edital de Convocação de Assembleia Geral
São convocados os senhores cooperados da BREE S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 30 de abril de 2014, às 11:30 horas, Rua Coronel Cândido Freijole de Oliveira nº 353 - Sala 10 - Distrito Industrial, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Exposição e discussão, para aprovação, das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2013; b) Deliberar sobre a destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2013; c) Outros assuntos de interesse de sociedade. Bebedouro, 22 de abril de 2014. José Francisco de Fátima Santos - Presidente.

Attend Ambiental S/A
CNPJ/MF nº 13.039.389/0001-20 - NIRE 35.300.386.116
Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária
Em primeira convocação, ficam convocados os senhores acionistas da Attend Ambiental S.A. a comparecer a AGO que se realizará na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 2.391, 12º andar, Jardim Paulistano, CEP 01426-000 no data de 30/04/2014, às 14hs, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação do Balanço 2013. Instruções Gerais: (ii) A proposta de administração e a documentação, relativas aos itens de ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 17/04/2014. Pedro Castro-Presidente do Conselho de Administração. (17, 18 e 23/04/2014)

BLANVER FARMACQUIMICA LTDA, torna público que requereu na CETESB a Renovação da Licença de Operação para a atividade de fabricação de produtos farmacêuticos, sito a Rua Dr. José Alexandre Cirognesi, 715, São João Itapevi/SP.

4.20. Outros Valores Passivos de Curto Prazo: trata da taxa de apoio comunitário, bem como o registro do Acordo celebrado com a construtora Saneamento Engenharia Ltda quando da paralisação da obra. Vide nota 4.6.

Outros Valores a Curto Prazo	31/12/2013	31/12/2012
Taxa Apoio Comunitário	347.114,59	368.230,79
Outros Exigíveis Curto Prazo	1.806,00	610,00
Total	2.965.000,00	2.285.000,00
Ativos	31.130,88	2.653.298,79

4.21. Dívidas Habitacionais do Passivo Não Circulante: 4.21.1. O valor de R\$ 809.954.966,31 representa as obrigações a vencer do Sistema Habitacional e registra a parte de longo prazo dos valores dos empréstimos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e outras verbas contratuais, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, para repasse aos mutuários finais, através do agente COHAB BAURU. Vide nota 3.5.

4.21.2. O valor de R\$ 7.029.010,81 representa a conta de valores devidos a título de Bônus (Decreto Lei 216/84), concedidos proporcionalmente aos valores das prestações mensais vencidas, e efetivamente pagas - de 1º/10/1984 a 30/9/1985 - aos mutuários em dia com as obrigações contratuais. Os bônus foram emitidos pelas Agências Financeiras e os valores transformaram-se em crédito junto ao antigo BNH, para resgate no prazo máximo de 5 anos a contar de 1º/10/85, em parcelas mensais com juros remuneratórios limitados a 7% ao ano, acrescidos da correção monetária trimestral de acordo com a variação da UPIC. Com o propósito de não prejudicar as operações de crédito já contratadas, cujo retorno poderia ficar inviabilizado com o onus da emissão dos bônus habitacionais pelas Agências Financeiras, sem o devido laudo finalizado pelo BNH com base nos estudos realizados em 1.4.2 da Res. Dir. 19/84, concedeu adiantamentos aos Agentes, por conta do valor resgatado dos bônus utilizados. Os valores dos Bônus Habitacionais foram registrados na contabilidade, como obrigações, e são atualizados mensalmente pela variação da UPIC.

Emprestimos Habitacionais- Retorno	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos da CEF - Fase de Retorno	800.954.966,31	773.440.976,00
Créditos por Recursos Vinculados	7.029.010,81	6.574.384,72
Total	807.983.977,12	779.995.360,72

4.22. Contingências, Provisões e Apólices Judiciais: Constituição da Provisão para Puntias com Apólices Judiciais, em função da possibilidade da Parcela, conforme julgamento do Departamento Jurídico da Cia. através do relatório de Avaliação e Descoberto - DAB, em fase de julgamento do processo nº 001.2008-008, em primeira e segunda instâncias, civis e tributários nos foros: Federal e Estadual, das quais a Administração constituiu provisão contábil, onde os processos se encontram pendentes de julgamento, sujeitas às incertezas circunstanciais e processuais.

Provisões Legais	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Contencioso Trabalhista	228.283,65	350.221,08
Prov. Puntias Apólice Mut. Contra COHAB	7.623.904,27	5.347.881,70
Prov. Puntias Apólice Fidej. Contra COHAB	2.015.576,11	3.548.520,35
Prov. Puntias Apólice Contr. Diversas	4.180.463,34	1.150.281,94
Prov. Puntias com Apólice Fed. - Diversas	4.861.403,51	7.278.610,16
Prov. Puntias Apólice Cíveis Priv. - Diversas	3.140.588,15	3.054.098,15
Total	22.038.399,03	24.629.675,58

representam os efeitos em relação aos mutuários em dia no Conjunto Habitacional de Babodouro - Residencial Franciscano que promoviam Ação Civil Pública na Procuradoria Judicial de Babodouro, contra a Cia., que então atuava - 30/9/2008 - um procedimento judicial de evolução do saldo devedor retroativo de todos os contratos em curso, onde os novos valores apurados como saldos residuais e do parcelas foram sobrepostos no sistema GCI, quando redução na carteira de recebimentos, em 2008, de R\$ 5.439.954,26. Os dados são promovidos por construtora por contrato de prestação de serviços de engenharia habitacional que se clamem - na Justiça Federal - diferenças adicionais do atraso no desembolso e quitação das parcelas contratuais na época de grande mutação inflacionária, a Cia. chamou, por solidiedade, a CEF, e não pelo motivo de que tais atrasos ocorreram por atraso por parte da CEF, no cumprimento do programa financeiro, onde os processos, que já passaram pela fase pericial pendem de decisão do Tribunal, o que ocasiona incerteza quanto à constituição e validação. O assunto está sendo objeto de negociação com a construtora e a CEF, inclusive quanto à decisão da Justiça Estadual, e um dos casos está com o andamento suscitado a pedido da autora. Vide Notas 4.6, e 4.20. 4.23. Outras Dívidas Fiscais: IRPJ e Contribuição Social Incidente sobre Reavaliação: Saldo das retidas incidentes sobre reavaliação que não foram realizadas em cada exercício.

Outras Dívidas Fiscais	31/12/2013	31/12/2012
I.R. e Contribuição Social Retav. Diferidos	264.921,13	280.759,57
Total	264.921,13	280.759,57

4.24. Outros Valores Exigíveis de Longo Prazo: Trata das obrigações de contr. Edson Bastos Caspary Junior - Diretor Presidente.

Preceptor do Conselho Fiscal: N.ºs membros do Conselho Fiscal da COHAB-BAURU abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, levantados com base nas NDC's e Princípios.

Habilitação dos Auditores Independentes: Ilmo. Sr. Diretores e Acionistas da COHAB - Cia. de Habitação Popular de Bauru - Bauru/SP: Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da COHAB da Habitação Popular de Bauru (Cia.), que com o parecer do balanço patrimonial consolidado em 31/12/2013 e as respectivas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais rotinas praticadas pelas áreas e passivos, e a reconstituição do eventual saldo passivo, e sem provisão amortizadora parcelar. Não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a Seguradora não respondeu e circularização está a data do presente relatório e o balanço reconstituido o balanço ainda está em fase de negociação com a CAIXA e Seguradora. 2. Os saldos das contas do FCVCS - ativos e passivos - continuam dentro dos procedimentos normais de revisão e homologação da cobertura do FCVCS, bem como da interposição de recursos pela Cia., onde a CEF emite relatório nos quais descreve e ajusta os débitos e créditos, quando a auditoria automática nos saldos de estoque do FCVCS que são ajustados pela Cia. ao proceder aos registros mensais por totalizações. Os valores são documentados através dos relatórios anuais emitidos pela CEF e valores que não são passíveis de mensuração futura por serem alterados mensais nas rotinas de revisão da CAIXA. A Cia. continua com as rotinas de revisão desses processos, em relação à cobertura, descontos concedidos, e reassessment, visando à eliminação de inconsistências relativas aos antigos procedimentos nos processos de documentação de diferenças na transferência por sub-região. As diferenças são apontadas mensalmente pela CEF, e em seguida conferidas pela Cia., que de imediato promove os ajustes ou recursos necessários. As diferenças, por dependência de informação externa, e de providências futuras e críticas aplicadas pela CEF, bem como de falta de documentação e circularização, não são passíveis de mensuração. (NE 3.14, 3.15, 4.12, 4.19). A Cia. possuía registrado em suas Demonstrações Financeiras, em 31/12/2013, ampliado por relatório analítico interno, e informações periódicas que foram emitidos pela CAIXA em um saldo a receber do FCVCS de R\$ 446.146.691,16, uma dívida de contraprestação trimestral que seria motivo de encontro de contas quando a renovação dos créditos. De R\$ 19.596.670,27, porém não foi possível a confirmação externa dos saldos porque a CAIXA não respondeu e circularização está a data do presente relatório. 3. Parecer: Não há nenhuma sem definição jurídica e inquérito (NE 4.22) instaurado a pedido de mutuários no Proc. Judicial de Babodouro que provocou em 30/9/2008 um procedimento de evolução do saldo devedor retroativo dos contratos partilhantes

junta habitacionais nítidos sobre os valores pagos no lastreamento para as Construtoras Schain Cruz, Cojan Engenharia Ltda, Almeida Marin em relação a conjuntos habitacionais BAURU XVII e XVII, as quais entregaram as obras entre os anos de 1988 e 1990, mas tiveram valores relativos pela instauração de Ação Civil Pública em 31/01/1995 - Processo 1789/95 - por parte dos mutuários, contra as construtoras, em função de problemas nas construções, não sanados pelas construtoras, o qual permaneceu em fase de recurso no TRF3.

Outros Valores Longo Prazo	31/12/2013	31/12/2012
Outros Valores Longo Prazo	1.296.020,00	1.389.279,51
Total	1.796.009,16	1.689.279,51

4.25. Resultados de Exercícios Futuros: Trata de Juros Contratuais de conjuntos habitacionais no valor de R\$ 492.319,78, e de Recotas Futuras a receber da ECI URJ/MA, a qual foi constituída em Ação de Desapropriação, pendendo o valor de R\$ 1.073.578,47.

Resultado Exercício Futuro	31/12/2013	31/12/2012
Recotas Diferidas	1.588.792,25	1.472.867,23
Total	1.588.792,25	1.472.867,23

4.26. Patrimônio Líquido: 4.26.1. Capital social: O Capital atual da Cia. é de R\$ 4.500.000,00, totalmente subscrito e integralizado e é representado por ações ordinárias e nominativas sem valor nominal, com participação majoritária da Prefeitura Municipal de Bauru.

Passivo a Descoberto	31/12/2013	31/12/2012
Capital Subscrito e Realizado	4.500.000,00	4.500.000,00

Reservas de Capital	31/12/2013	31/12/2012
Reserva de Avaliação Patrimonial	16.591,74	16.591,74
Reserva de Reavaliação de Edificações	827.174,25	876.581,37
Reserva de Reavaliação de Itens	7.031.809,34	7.130.553,70
Impostos a Recolher	1.296.020,00	1.389.279,51
Total das Reservas de Reavaliação	7.298.065,46	7.298.375,50
Reservas de Lucros: Reserva Legal	68.101,29	68.101,29

Prejuízos Acumulados: De Exercícios Anteriores (75.604.575,61) (69.263.890,96) Do Exercício Corrente (31.352.142,50) (31.352.142,50) Ajuste do Exercício Anterior (105.956.718,11) (75.736.889,85) **Total dos Prejuízos Acumulados** (107.913.076,22) (86.352.823,12)

4.26.2. Passivo a Descoberto: A composição do Patrimônio Líquido da Cia. em 31/12/2013 apresenta saldo do Passivo a Descoberto onde a variação ocorreu referir-se, principalmente, à apropriação dos Juros da Mora devidos à CAIXA contratuais como Taxa de Imputabilidade pelo atraso no resgate. Retorno dos Empréstimos Habitacionais documentados, onde o mesmo está em fase de renegociação. Houve casos de negociação entre a CAIXA e outros agentes onde a CAIXA concedeu dispensa isentando do parte da taxa de imputabilidade, a Cia. está seguindo esta possibilidade de argumentação e validação, mediante o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o acordo de forma 1/13, onde o registro das verbas pontuais. 4.27. Cobertura de Seguros: A Cia. contratou seguros para proteção do seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos que estejam presentes. Observamos os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica, em montantes considerados suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos. 4.28. Recotas do Exercício: A Cia. viu ser reduzida sua capacidade operacional de gerar receitas, uma vez que o Governo Federal reduziu o valor de 1% que o